

**COLETÂNEA DE JURISPRUDÊNCIA
AMBIENTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

ORGANIZADOR:

MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA

**COORDENADOR DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DAS SUB-BACIAS DOS RIOS DAS
VELHAS E PARAÓPEBA**

BELO HORIZONTE

2006

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA**
- 2. AGROTÓXICOS**
- 3. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**
- 4. CARVÃO VEGETAL**
- 5. COMPETÊNCIA EXECUTIVA E LEGISLATIVA**
- 6. CRIMES AMBIENTAIS**
- 7. ESGOTOS**
- 8. FAUNA**
- 9. FLORA**
- 10. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**
- 11. LICENCIAMENTO AMBIENTAL**
- 12. LIMINAR**
- 13. LIXO**
- 14. MATA ATLÂNTICA**
- 15. MINERAÇÃO**
- 16. PARCELAMENTO DO SOLO**
- 17. POLUIÇÃO HÍDRICA**
- 18. POLUIÇÃO SONORA**
- 19. POLUIÇÃO VISUAL**
- 20. RESERVA LEGAL**
- 21. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA**
- 22. SAÚDE PÚBLICA**
- 23. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Competência

AÇÃO CIVIL AMBIENTAL - ALTERAÇÃO DE JURISDIÇÃO TERRITORIAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - COMPETÊNCIA ABSOLUTA - LOCAL DO DANO. As ações processadas sob a determinação da competência absoluta, como é o caso da ação civil ambiental, determinada pelo local do dano, devem ser remetidas imediatamente ao Juízo da Comarca competente, em razão de alteração da jurisdição territorial. (TJMG – Proc. 1.0000.05.420246-0/000(1) – Rel. Des. GERALDO AUGUSTO – J.20/09/2005)

Legitimidade

PROCESSUAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AMBIENTAL - LEGITIMIDADE ATIVA. Manifesta a legitimidade do Ministério Público para ajuizar Ação Civil Pública em defesa de direito difuso relativo ao meio ambiente e, conseqüentemente, para executar acordo entabulado nos autos. Apelo improvido. (TJMG – Proc. 1.0079.04.142267-0/001(1) – Rel. Des. CLÁUDIO COSTA – J. 25/08/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AO MEIO AMBIENTE - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ACORDO ENTRE IBAMA E EMPRESAS DE GARIMPAGEM - INEXISTÊNCIA DE PERDA DE OBJETO - EXTINÇÃO INDEVIDA DO PROCESSO - RECURSO PROVIDO. Detém legitimidade ativa o Ministério Público para demandar recomposição de danos causados ao meio ambiente por empresas de mineração. Não determina a perda de objeto da ação e conseqüente extinção do processo eventual acordo firmado entre o IBAMA e as empresas mineradoras para recuperação ambiental de danos, notadamente quando ainda não cumpridos os termos do compromisso firmado entre as partes. (TJMG – Proc. 1.0000.00.188042-6/000(1) Rel. Des. CLÁUDIO COSTA – J. 24/05/2001)

Prova

AÇÃO CIVIL PÚBLICA INDENIZAÇÃO-DANO AMBIENTAL COMPROVADO -LAUDO PERICIAL. A ação civil pública, consiste em um meio hábil de impulsionar a função jurisdicional visando a tutela de interesses vitais da comunidade, entre os quais se inscreve o meio ambiente. Provado nos autos a existência de dano ambiental, resta correta a sentença que condena o causador do dano a repará-lo. (TJMG – Proc. 1.0024.04.304721-6/001(1) – Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA J.25/10/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEIO AMBIENTE – INVERSÃO ÔNUS DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE. Não há que se falar em inversão do ônus da prova em sede de Ação Civil Pública uma vez que se trata de exceção legal aplicável somente a questões relativas a direito do consumidor. A lei que regulamenta a Ação Civil Pública determina a aplicação do CDC em relação ao seu Título III, não estando incluído o artigo 6º, VIII. (TJMG – Proc. 1.0702.03.083613-5/001(1)- Rel. Des. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS – J. 02/08/2005)

Suspensão de atividades

CONSTITUCIONAL E DIREITO AMBIENTAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROTEÇÃO, PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE - DANOS IRREVERSÍVEIS - CONSEQUÊNCIAS GRAVES - MEIO AQUÁTICO, QUALIDADE DO AR, SOLO E MEIO ANTRÓPICO - PRÁTICA IRREGULAR DE SUINOCULTURA - ATIVIDADE SUSPensa - REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 129, III, DA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ART. 25, IV, DA LEI 7.347/85 E LEI 8.625/93. Incumbe ao Ministério Público, além das funções previstas na Constituição da República, promover a Ação Civil Pública, na forma da Lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, nos termos das normas de regência. Uma vez constatado o acarretamento de danos irreversíveis ao meio ambiente, com consequências graves ao meio aquático, à qualidade do ar, ao solo e ao meio antrópico, por prática irregular de suinocultura, deve a atividade permanecer suspensa, até que o responsável pelo empreendimento regularize a situação. (TJMG – Proc. 1.0000.00.319394-3/000(1)- Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA – J.12/06/2003

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CAUTELAR AMBIENTAL - LIMINAR – POSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE - NECESSIDADE - BLOQUEIO DE BENS - RAZOABILIDADE. - O artigo 4º da Lei nº 7.347/85 é claro ao permitir a propositura de Ação Civil Pública Cautelar. Presentes o “fumus boni iuris” e o “periculum in mora”, a concessão de liminar é medida impositiva. Ante a constatação de indícios da prática de ilícito ambiental, forçoso determinar a cessação da atividade que se verifica danosa ao meio ambiente, guardando o devido respeito, assim, ao princípio da prevenção. A decretação do bloqueio de bens deve repousar em base razoável, levando-se em conta, ainda, a real e demonstrada magnitude do dano vislumbrado. (TJMG – Proc. 1.0775.03.900001-0/001(1) – Rel. Des. – SILAS VIEIRA J. 20/11/2003)

Transação

Ação Civil Pública. Transação no Curso do Processo. Homologação. Possibilidade. Inteligência do art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85. O Ministério Público está legitimado a transacionar no bojo da ação civil pública, nada impedindo que a obrigação seja cumprida de outro modo pelo réu, desde que a solução se afigure idônea e objetive a preservação e manutenção do bem tutelado. No caso, a obrigação de fazer foi integralmente satisfeita, sendo que o Ministério Público, ao invés de prosseguir a execução do valor da condenação incorrida, pela agravante, na sentença, correspondente à exorbitante multa diária, optou pela solução menos gravosa, porquanto, mais razoável, de compensar os danos ambientais causados, nos termos estipulados no acordo. Não há que se falar em afronta aos interesses indisponíveis, posto que a transação em tela não significa a renúncia do direito material tutelado, mesmo porque houve o integral cumprimento da obrigação de fazer pela agravante, mas, de outro modo, objetiva garantir uma maior proteção do bem em litígio. (TJMG – Proc. 1.0702.96.019522-1/001(1) – Rel. Des. Pinheiro Lago – J. 11/05/2004).

Ação civil pública ambiental. Atos de degradação. Composição da lide através de transação. Compromisso de adotar providências no sentido de cercar a propriedade e de se abster do cometimento de atentado ao meio ambiente. Sentença homologatória. Apelo tendente à revogação do acordo e anulação da sentença. Ausência de fundamentos jurídicos. Via inadequada para anulação de ato jurídico fundada em vício de vontade. Recurso fundado em mero arrependimento. Transação que caracteriza atitude incompatível com a vontade de recorrer. Falta de interesse. Apelo não conhecido. (TJMG – Proc. 1.0317.02.000080-6/001(1)- Rel. Des. JOSÉ FRANCISCO BUENO – J. 30/06/2005)

AÇÃO PÚBLICA - DANOS AMBIENTAIS - ACORDO EFETIVADO ENTRE AS PARTES - SEUS EFEITOS. Se ao exercer o “jus puniendi”, o Autor transacionou o seu direito que conduziria ao provimento condenatório, requerendo expressamente e propondo um acordo, que devidamente homologado e cumprido, dispensável o seu direito ao processo legal, pois manifestada a autonomia de sua vontade. (TJMG – Proc. 1.0024.03.100634-9/001(1) – Rel. Des. FRANCISCO FIGUEIREDO – J. 25/10/2005)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

PROCESSO CIVIL. TRANSAÇÃO HOMOLOGADA EM JUÍZO SEM PARTICIPAÇÃO DE ADVOGADO DE UMA DAS PARTES. POSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. Não há nulidade em transação homologada em juízo sem a participação do advogado de uma das partes, porquanto o direito transacionado é da parte e a renúncia a ele não é ato privativo do advogado. Destarte, não há que se cogitar de ofensa ao artigo 38 do CPC. Precedente do STJ: REsp n.º 50.669-7-SP. DIREITO AMBIENTAL. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. REQUISITOS LEGAIS PRESENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. O fato de o apelante ter cumprido boa parte das determinações acordadas com o Ministério Público não o exime de ser sancionado com multa, já que, ao não realizar as condicionantes do projeto de controle ambiental, deixou de cumprir todas as providências determinadas pelo COPAM para se evitar dano ao meio ambiente, desrespeitando, pois, o acordo homologado em juízo, que estabelecia a execução e conclusão de um projeto de controle ambiental. Desse modo, se mostra plenamente razoável, a sanção pecuniária imposta ao apelante pelo descumprimento do acordo formulado com o Ministério Público. (TJMG – Proc. 1.0000.00.266295-5/000(1) - Rel. Des. MARIA ELZA – J. 26/09/2002)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO CELEBRADO EM AUDIÊNCIA - DESCUMPRIMENTO - AUSÊNCIA DE VÍCIOS EM SUA CELEBRAÇÃO - SENTENÇA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA - ART. 461, §5º, DO CPC - POSSIBILIDADE. Se o Apelante, na audiência de conciliação, celebrou acordo pelo qual assumiu a obrigação em proceder a averbação de Reserva Legal de parte de seu imóvel rural, não pode, em sede de apelação, alegar a ilegalidade a imposição contida na r. sentença, que apenas fez chancelar o acordo anteriormente celebrado. Em se tratando de obrigação de fazer, pode o Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, impor multa por tempo de atraso, cujo valor deverá observar o critério da equidade, nos termos previstos pelo art. 461, §5º, do CPC. (TJMG – Proc. 1.0515.02.002658-6/001(1) – Rel. Des. GOUVÊA RIOS – J. 24/05/2005)

Valor da Causa

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - VALOR DA CAUSA - IMENSURÁVEL - RECURSO DESPROVIDO. Os bens ambientais, que são públicos, não são passíveis de aquilatação econômica, não havendo qualquer impropriedade técnica na fixação do valor à causa dos autos. (TJMG – Proc. 1.0596.03.013204-4/001(1) – Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 12/05/2005)

2. AGROTÓXICOS

Lei sobre agrotóxico. Art. 15. Crime configurado. Desconhecimento da lei. Alegação inescusável. Além de estar fracionado e não existir o indispensável receituário, o que constitui crime, fora o agrotóxico adquirido de "vendedores ambulantes", dos quais o acusado "não sabe o nome", estando o produto, assim, desacobertado de documentação fiscal". "Tal fato, inquestionavelmente, deixa claro que o acusado conhecia perfeitamente o caráter criminoso de sua conduta. Demais disso, ninguém pode se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, determinando o estatuto penal substantivo que o desconhecimento da lei é inescusável. Assim, não exclui a culpabilidade sustentar o acusado que não conhece a lei ou a conhece mal, somente aproveitando-lhe, nesse caso, a atenuante genérica do art. 65, II, do CP". (TJMG – Proc. 1.0000.00.171550-7/000(1) – Rel. Des. JOSÉ ARTHUR – J. 06/04/2000)

AGROTÓXICO - VENDA - FALTA DE OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS PREVISTAS PARA O COMÉRCIO - CRIME - CONDENAÇÃO - CONFIRMAÇÃO - PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA - ALEGAÇÃO DE FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA PAGÁ-LA - FALTA DE ELEMENTOS NOS AUTOS QUE REVELEM A REAL SITUAÇÃO DO RÉU - ALTERAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. *Pratica crime aquele que comercializa agrotóxico de forma vedada pela lei e em embalagem que não contém as informações por ela exigidas. Se o condenado alega que não tem condições financeiras de arcar com a prestação pecuniária fixada e se inexistente nos autos prova de sua real situação, cabe alterar a pena restritiva de direito fixada, passando-a para prestação de serviços à comunidade. (TJMG – Proc. 1.0720.01.000652-9/001(1) – Rel. Des. JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES – J. 09/12/2004)*

MEIO AMBIENTE - ATIVIDADE LESIVA - Caracterização - Pena - Arbitramento - O fato de expor a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, pelo uso de produtos químicos em atividades industriais, sem as precauções necessárias, caracteriza o delito tipificado no art. 15 da Lei nº 6.939/81, ainda que não ocorra dano concreto, visto tratar-se de um crime de perigo - Na fixação da pena deve o Juiz atender ao conjunto de circunstâncias referidas no art. 59 do CP, e não apenas à primariedade e antecedentes do acusado - Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJMG – Proc. 1.0000.00.161045-0/000(1) – Rel. Des. GUDESTEU BIBER – J. 07/12/1999)

AGROTÓXICO - VENDA - FALTA DE OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS PREVISTAS PARA O COMÉRCIO - CRIME - CONDENAÇÃO - CONFIRMAÇÃO - PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA - ALEGAÇÃO DE FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA PAGÁ-LA - FALTA DE ELEMENTOS NOS AUTOS QUE REVELEM A REAL SITUAÇÃO DO RÉU - ALTERAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. *Pratica crime aquele que comercializa agrotóxico de forma vedada pela lei e em embalagem que não contém as informações por ela exigidas. Se o condenado alega que não tem condições financeiras de arcar com a prestação pecuniária fixada e se inexistente nos autos prova de sua real situação, cabe alterar a pena restritiva de direito fixada, passando-a para prestação de serviços à comunidade. (TJMG – Proc. 1.0720.01.000652-9/001(1) – Rel. Des. JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES – J. 09/12/2004)*

3. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - LOTEAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - INADMISSIBILIDADE. Confirma-se a sentença que, em ação civil pública, determina a paralisação da construção e a comercialização de loteamento em área de preservação ambiental, sem as respectivas licenças. Não se conhece do 3º agravo retido, nega-se provimento aos 1º e 2º agravos retidos e nega-se provimento ao apelo. (TJMG – Proc. 1.0079.98.014315-4/001(1) – Rel. Des. KILDARE CARVALHO – J. 17/03/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO APROVADO PELO MUNICÍPIO. LOTES SITUADOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL PERMANENTE. É de ser mantida no reexame necessário a sentença que julga parcialmente procedente o pedido na ação civil pública, para determinar sejam excluídos do loteamento os lotes localizados em área de preservação ambiental permanente, como tal definido em lei, condenando o município a recompor o meio ambiente lesado, observando as exigências legais e de acordo com Estudo de Impacto Ambiental elaborado pelo FEAM, Todavia, os pedidos de transferência dos aludidos imóveis para o município sem o correspondente processo de desapropriação, com justa indenização deve ser julgado improcedente, por implicar em verdadeiro confisco, que não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio. (TJMG – Proc. 1.0672.02.077688-2/001(1) – Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 01/09/2005)

MANDADO DE SEGURANÇA. ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO. DESMATAMENTO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (VEGETAÇÃO EM MARGEM DE RIO). CÓDIGO FLORESTAL. NECESSIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL ESPECÍFICA. SEGURANÇA DENEGADA. O fato de a empresa haver obtido licença de localização e de exploração minerária não a exime de atender às determinações legais referentes à preservação do meio ambiente, sobremaneira de possuir prévia autorização do órgão ambiental competente para promover desmatamento em áreas de preservação permanente. Portanto, se o impetrante não observa as prescrições ambientais definidas em lei, sujeita-se às sanções previstas no art. 72, da Lei n. 9605/1998, dentre as quais o embargo da obra ou atividade (inciso VII). Segurança denegada. (TJMG – Proc. 1.0000.00.234578-3/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 02/04/2002)

MEIO AMBIENTE - EXPLORAÇÃO FLORESTAL EM ÁREA ONDE HÁ FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DE DETERMINADA CIDADE - ATO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRÁRIO À RAZOABILIDADE E AO BOM SENSO - PREJUÍZO EVIDENTE À COMUNIDADE - ÁREA QUE DEVE, INCLUSIVE, SER DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ATO PASSÍVEL DE ANULAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. A autorização destinada à atividade extrativa florestal (extração de madeira) em desobediência às determinações legais, constitui ato passível de anulação pelo Poder Judiciário, e que, por sua evidente ilegalidade, não é hábil a gerar efeitos ou direitos. A permissão para exploração vegetal deve ser antecedida de estudo de impacto ambiental (EIA), como medida de conservação da natureza, notadamente o equilíbrio do ecossistema e a perenização dos cursos d'água, enfim, a estabilidade do meio ambiente. É contrário à razoabilidade e ao bom senso conceder-se autorização para exploração florestal em área onde existe ribeirão que constitui a única fonte de abastecimento de água potável de determinada cidade, devendo essa área ser, inclusive, declarada de preservação permanente. (TJMG – Proc. 1.0342.02.030471-9/001(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 10/03/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AO MEIO AMBIENTE - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - LANÇAMENTO DE ENTULHOS E CONSTRUÇÕES - RESPONSABILIDADE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

OBJETIVA - RESSARCIMENTO NA FORMA ESPECÍFICA - PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO ""O agente é responsável pela reparação do meio ambiente, ou indenização, independentemente da análise subjetividade da ação; assim, a responsabilidade pelo dano ambiental prescinde da pesquisa da culpa *latu sensu* e, em certos casos, do próprio nexo causal, eis que, a mera sucessão pode gerar o direito de reparar""; ""Pelo princípio da reparação integral, todo aquele que causar um dano ao ambiente deve arcar com as conseqüências patrimoniais de seu ato""; ""A impossibilidade do ressarcimento na forma específica somente sede passo, consoante a melhor doutrina, diante de uma desproporcionalidade substancial"". (TJMG – Proc. 1.0079.02.032908-6/001(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 18/10/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ABERTURA DE ESTRADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO PRÉVIO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - DANO AMBIENTAL COMPROVADO - REPARAÇÃO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Comprovado o nexo de causalidade entre a conduta do ente público e os danos causados ao meio ambiente, suficientes para a caracterização da responsabilidade objetiva, nos termos do artigo 14 da Lei 6.938/81, cabe ao município efetuar a sistematização e revegetação da área de preservação permanente, degradada. (TJMG – Proc. 1.0049.03.003669-0/001(1) – Rel. Des. MOREIRA DINIZ – J. 01/12/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. SUSPENSÃO DAS OBRAS. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Por situarem-se em Área de Preservação Permanente situada dentro de Área de Proteção Ambiental, devem ser suspensas as obras de construção de Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Domésticos até que seja concluído o processo administrativo de Licenciamento Ambiental. (TJMG – Proc. 1.0473.04.004129-4/001(1) – Rel. Des. FERNANDO BRÁULIO – J. 25/08/2005)

AÇÃO DEMOLITÓRIA - CONSTRUÇÃO CLANDESTINA - Se a construção civil é uma atividade sujeita a prévio licenciamento pelo Poder Público Municipal, a falta de licença para a construção faz presumir um dano potencial à coletividade e também à Administração, mormente se a área da construção é restrita à preservação permanente, ficando facultado à municipalidade determinar a demolição da obra assim erguida. (TJMG – Proc. 1.0024.99.156480-8/001(1) – Rel. Des. FRANCISCO FIGUEIREDO – J. 27/09/2005)

4. CARVÃO VEGETAL

ADMINISTRATIVO. MULTA POR INFRAÇÃO A NORMAS AMBIENTAIS. ARMAZENAMENTO E CONSUMO DE CARVÃO VEGETAL NATIVO, DESACOMPANHADO DE DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO PARA FISCALIZAR AS ATIVIDADES POTENCIALMENTE LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, BEM COMO IMPOR MULTAS AOS INFRATORES. PROCESSO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO IMPROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0024.03.006567-6/001(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 29/03/2005)

SIDERÚRGICA. CARVÃO VEGETAL ARMAZENADO. AUSÊNCIA DE ACOBERTAMENTO POR NOTA FISCAL. ORIGEM DUVIDOSA. MULTA. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO IEF. PREVISÃO LEGAL. VALIDADE. É válido o auto de infração lavrado pelo IEF pelo armazenamento de carvão vegetal sem acobertamento da documentação exigida com base em seu poder de polícia e fundamentado em legislação estadual. (TJMG – Proc. 1.0024.02.858073-6/001(1) – Rel. Des. FERNANDO BRÁULIO – J. 14/10/2004)

DIREITO AMBIENTAL - LIBERAÇÃO DE DOCUMENTOS AMBIENTAIS - TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL - AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL DA ÁREA DE DESMATE - INSCRIÇÃO DE MATRÍCULA DO IMÓVEL - REGISTRO DE IMÓVEIS COMPETENTE - NECESSIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 16, DA LEI 4.771/65 E MEDIDA PROVISÓRIA 2.166-67/01. A liberação de documentos ambientais, para fins de transporte de carvão vegetal, dependem do cumprimento dos dispositivos constantes da legislação de regência, dentre eles a necessidade de averbação da reserva legal da área de desmate à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente. (TJMG – Proc. 1.0000.00.275791-2/000(1) – Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA – J. 26/08/2002)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - PROTEÇÃO FLORESTAL - PODER DE POLÍCIA - EXIGÊNCIA DA AUTORIDADE ÀS EMPRESAS - LEGALIDADE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. Não viola direito líquido e certo de empresas exploradoras de carvão vegetal a exigência administrativa de fixar prazo para apresentação do Projeto de Auto Suprimento, sob pena de suspensão de autorização para dar cobertura às atividades específicas daquelas empresas, sobretudo quando a exigência atenda ao superior interesse de preservação e defesa do meio ambiente florestal. (TJMG. Proc. 1.0000.00.210024-6/000(1) – Rel. Des. CLÁUDIO COSTA – J. 16/08/2001)

MANDADO DE SEGURANÇA - TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL NATIVO DESACOBERTADO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA - APREENSÃO - DEPÓSITO - LEGALIDADE - ARTIGO 35 DO CÓDIGO FLORESTAL. Visando preservar a instrução criminal, correta a decisão que não autoriza a liberação do produto ou do instrumento utilizado na prática da infração, apreendido, determinando o respectivo depósito junto à autoridade pública florestal local, nos moldes do artigo 35 do Código Florestal. (TJMG – Proc. 1.0486.04.006630-1/002(1) – Rel. Dos. MOREIRA DINIZ – J. 31/03/2005)

AÇÃO ANULATÓRIA - AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO IEF - CARVÃO VEGETAL - EXTRAVIO DO SELO DE CARVÃO PLANTADO - PREVISÃO LEGAL - VALIDADE. É válido o auto de infração lavrado pelo IEF, pelo armazenamento de carvão vegetal sem acobertamento da documentação exigida, com base em seu poder de polícia e fundamentado em legislação estadual. Preliminar rejeitada. Apelo improvido. (TJMG – Proc. 1.0024.03.969732-1/001(1) – Rel. Des. LAMBERTO SANT ANNA – J. 30/06/2005)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

MANDADO DE SEGURANÇA - MERCADORIA APREENDIDA PELO IEF - CARVÃO DE ORIGEM NATIVA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - Diante da comprovação de que o impetrante transportava carvão de origem nativa e que os documentos utilizados para o transporte do produto eram pertinentes ao transporte de floresta plantada, bem como já haviam sido anteriormente utilizados em outro transporte, caracterizado está o delito que legitima o ato administrativo de apreensão de mercadoria, a resultar na denegação da ordem impetrada. **LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - LIDE TEMERÁRIA - NÃO-CARACTERIZAÇÃO** Demonstrado que o ajuizamento da ação mandamental precedeu à audiência e decisão em Juizado Especial, não há que se imputar à impetrante a responsabilidade de litigância de má-fé por lide temerária. (TJMG – Proc. 1.0000.00.288675-2/000(1) – Rel. Des. EDUARDO ANDRADE – J. 18/02/2003)

MANDADO DE SEGURANÇA - TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL NATIVO DESACOBERTADO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA - APREENSÃO - DEPÓSITO - LEGALIDADE - ARTIGO 35 DO CÓDIGO FLORESTAL. Visando preservar a instrução criminal, correta a decisão que não autoriza a liberação do produto ou do instrumento utilizado na prática da infração, apreendido, determinando o respectivo depósito junto à autoridade pública florestal local, nos moldes do artigo 35 do Código Florestal. (TJMG – Proc. .0486.04.006630-1/002(1) – Rel. Des. MOREIRA DINIZ – J. 31/03/2005)

MANDADO DE SEGURANÇA - APREENSÃO DE VEÍCULO E MERCADORIA EM TRÂNSITO - IRREGULARIDADE NO TRANSPORTE E NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL - LEGALIDADE NA APREENSÃO - SENTENÇA REFORMADA - SEGURANÇA DENEGADA. Comprovada a irregularidade no transporte e na documentação fiscal de carvão vegetal, não se tem por ilegal a apreensão do veículo e da mercadoria, não se configurando meio coercitivo para pagamento de tributos. Sentença reformada em reexame necessário. (TJMG – Proc. 1.0388.04.007476-6/001(1) – Rel. Des. EDUARDO ANDRADE – J. 25/10/2005)

PROCESSO CIVIL. PRETENSÃO AJUIZADA POR NÃO PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO E DA CARGA APREENDIDA PELO IEF. ILEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. EXTINÇÃO DO FEITO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0672.03.112122-7/001(1) – Rel. Des. ISALINO LISBÔA – J. 08/09/2005)

MANDADO DE SEGURANÇA – APREENSÃO – CARVÃO VEGETAL – AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PRODUTO FLORESTAL VENCIDA – IRREGULARIDADE – LIMINAR – INDEFERIMENTO. O transporte de carvão vegetal, com a Autorização de Transporte de Produto Florestal - ATPF vencida, enseja a apreensão da mercadoria. (TJMG – Proc. 1.0024.05.774762-8/001(1) – Rel. Des. MANUEL SARAMAGO – J. 06/10/2005)

MEIO AMBIENTE – AUTO DE INFRAÇÃO - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - MULTA - LEGALIDADE DA APLICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - DEPÓSITO PRÉVIO - LEGALIDADE . 1 - O Estado membro tem competência concorrente para legislar sobre matéria ambiental, nos termos do art. 24, inciso VI, da Constituição Federal. Se, no Estado de Minas Gerais, à época da autuação da empresa infratora, vigorava a Lei 10.561/91, disciplinando sobre multa pelo transporte de carvão sem a guia de controle ambiental – GCA, deve ela (lei), por óbvio, ser observada. 2 – Constatada a existência de processo administrativo, que respeitou os princípios da ampla defesa e do contraditório, inegável é a legalidade da autuação, bem como da sanção aplicada. (TJMG – Proc. 1.0024.03.969727-1/001(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 23/06/2005)

5. COMPETÊNCIA EXECUTIVA E LEGISLATIVA

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - MEIO AMBIENTE - NORMA MUNICIPAL - UNIÃO E ESTADO - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA - INVASÃO NÃO CONFIGURADA - DUPLA CONDENAÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO. Fixando a Constituição da República a competência da União para definir normas gerais de defesa do meio ambiente e combate a poluição, resulta que estas têm de ser seguidas pelos demais entes públicos, quando legislarem sobre esta matéria, de forma suplementar, atendidas as peculiaridades locais. Assim, resta configurada a constitucionalidade da legislação municipal que estabelece normas para coibir a poluição na sua circunscrição. Não se há falar em ""bis in idem"" de penalidades previstas em normas federal e municipal, quando os seus objetos incidem sobre fatos distintos. Apelação desprovida. (TJMG. Proc. 1.0024.04.370368-5/001(1) – Rel. Des. DELMIVAL DE ALMEIDA CAMPOS – J. 08/11/2005)

CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL. LIMINAR CONCEDIDA. SOBRESTAMENTO DE RETIRADA DE LIXEIRA. DETERMINAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL. Questão relativa à saúde pública e meio ambiente é também assunto de interesse local, estando dentro da competência do Município, através do poder de polícia, traçar normas adequadas ao plano de saúde e ao meio ambiente, obedecido, além do mais, o princípio da independência e harmonia, entre si, do Legislativo, Executivo e Judiciário. Decisão reformada.(TJMG – Proc. 1.0000.00.193088-2/000(1) – Rel. Des. CLÁUDIO COSTA – J. 20/09/2001)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

6. CRIMES AMBIENTAIS (LEI 9.605/98)

Apreensão

DIREITO ADMINISTRATIVO - APREENSÃO DE BENS UTILIZADOS NA PRÁTICA DE CRIME AMBIENTAL - LEGALIDADE - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À RESTITUIÇÃO DOS MESMOS - SEGURANÇA DENEGADA - SENTENÇA MANTIDA. (TJMG – Proc. 1.0000.00.348858-2/000(1) – Rel. Des. AUDEBERT DELAGE – J. 09/10/2003)

MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR INDEFERIDA - CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE CRIME AMBIENTAL. ""Se as atividades do requerente são totalmente inadequadas, com agressão ao meio ambiente, com inobservação da legislação ambiental pertinente, deixando mostras visuais e ratificadas pelos subscritores do laudo pericial elaborado pelo Instituto Estadual de Floresta, justa a decisão que determina a apreensão da máquina de sucção de areia, acolhendo fundamentada solicitação ministerial"". (TJMG – Proc. 1.0000.00.313285-9/000(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 16/09/2003)

PROCESSUAL PENAL - RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA - ART. 118 DO CÓD. PROC. PENAL - DESNECESSIDADE - LEI 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - INAPLICABILIDADE. Se a coisa apreendida demonstra ser útil para a instrução criminal, a mesma não deve ser devolvida ao seu legítimo possuidor e proprietário. Recurso provido parcialmente. (TJMG - Proc. 1.0281.05.006642-8/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL – J. 18/10/2005)

Suspensão condicional do processo

AGRAVO - CRIME AMBIENTAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO - FALTA DE REPARAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA - ART. 28, II, DA LEI 9605/98 - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0000.03.402990-0/001(1) – Rel. Proc. PAULO CÉZAR DIAS – J. 09/03/2004)

Transação penal

MANDADO DE SEGURANÇA - CRIME AMBIENTAL - DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS POR ATIVIDADE DE MINERAÇÃO - APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) PARA VIABILIZAR A TRANSAÇÃO PENAL - LEI Nº 9605/98, ART. 27 - ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA - AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO É GARANTIA CONSTITUCIONAL, SENDO EXPRESSO, AINDA, A NECESSIDADE DE RECUPERAR A ÁREA DEGRADADA - CF/88, ART. 225, 'CAPUT' E §2º - TITULAR DE CONCESSÃO DE LAVRA E DE LICENCIAMENTO RESPONDE PELOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE - INVIABILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE PROVAS NO MEIO ESTREITO DO 'MANDAMUS' - SEGURANÇA DENEGADA. (TJMG – Proc. 1.0000.04.414546-4/000(1) – Rel. Des. SÉRGIO BRAGA – J.15/02/2005)

Artigo. 34

""HABEAS CORPUS"" - PACIENTE DENUNCIADO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 34 DA LEI Nº 9.605/98 - CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - TRANCAMENTO AÇÃO PENAL - DESCABIMENTO- FATO COM PREVISÃO TÍPICA EM LEI - ELEMENTOS INDICIÁRIOS QUE FUNDAMENTAM A EXISTÊNCIA E AUTORIA DO DELITO -

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

ORDEM DENEGADA. Se a denúncia descreve fato típico, revelando a existência, ao menos em abstrato, do comportamento delituoso imputado ao paciente e se existem elementos indiciários que fundamentem a existência e autoria do delito, não há que se falar em constrangimento ilegal que autorize a medida excepcional do trancamento da ação penal por falta de justa causa. (TJMG – Proc. 1.0000.05.417218-4/000(1) – Rel. Des. ARMANDO FREIRE – J. 08/03/20050)

CRIME AMBIENTAL - PESCA COM REDE DE CUMPRIMENTO SUPERIOR A 1/3 DA LARGURA DO AMBIENTE AQUÁTICO - ABSOLVIÇÃO MONOCRÁTICA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - CONFISSÃO NA FASE INQUISITÓRIA - RETRATAÇÃO SEM CONSONÂNCIA NOS AUTOS - RECURSO PROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0435.03.900000-3/001(1) – Rel. Des. EDELBERTO SANTIAGO – J. 02/03/2004)

Ação penal - Crime ambiental - art. 34, Lei 9.605/98 - Pesca em local interdito - Delito não caracterizado - Sobre o local onde o paciente foi surpreendido pescando não recai qualquer restrição por parte de órgão ambiental competente - Proibição por parte da CEMIG relacionada a questões de segurança e não ambientais - Hipótese em que não se violou o bem jurídico tutelado pelo tipo penal - Ordem concedida - Trancamento da ação penal por inexistência de justa causa (TJMG – Proc. 1.0000.05.416808-3/000(1) – Rel. Des. KELSEN CARNEIRO – J. 08/03/2005)

Artigo. 38

CRIME AMBIENTAL - DESMATAMENTO - ARTIGO 38, DA LEI 9.605/98 - CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - ARTIGO 330 DO CÓDIGO PENAL - SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. Constitui crime tipificado no artigo 38, da Lei 9.605/98, quem destrói ou danifica floresta de preservação permanente, mesmo que em formação ou a utiliza com infringência às normas de proteção. O crime de desobediência consiste em desobedecer ordem legal de funcionário público. Comprovada a materialidade dos crimes há de se manter a sentença condenatória. (TJMG – Proc. 1.0000.00.317572-6/000(1) – Rel. Des. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL – J. 28/10/2003)

CRIME AMBIENTAL - DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO - MATA ATLÂNTICA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - PRESENÇA DOS INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO - RECEBE-SE A DENÚNCIA E SE CONCEDE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.302316-5/000(1) – Rel. Des. GOMES LIMA – J.27/05/2003)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - CRIME AMBIENTAL - VÍCIOS DO LAUDO PERICIAL - OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE - INOCORRÊNCIA - ""EMENDATIO LIBELLI"" - SEGUNDA INSTÂNCIA - POSSIBILIDADE - ART. 38 DA LEI Nº 9.605/98 - CONFIGURAÇÃO - PROVA - SUFICIÊNCIA - CONDENAÇÃO CONFIRMADA. Não há falar em nulidade de laudo elaborado por dois peritos oficiais, de forma absolutamente regular, e que atinge plenamente sua finalidade de comprovar a materialidade do crime. O Princípio da Indivisibilidade, inscrito no art. 48 do CPP, diz respeito à queixa-crime, em casos de ação privada, e não aos crimes em que caiba ação pública. Havendo a denúncia descrito fato concreto de determinado crime, dando-lhe, no entanto, capitulação legal errônea, cabe a ""emendatio libelli"", mesmo em Segunda Instância, a teor do art. 383, c/c art. 617, ambos do CPP. O conceito técnico-legal de floresta é mais amplo que seu conceito meramente léxico ou literal, encampando as diversas formas de cobertura vegetal. Precedentes deste Sodalício. Rejeitadas as preliminares, nega-se provimento ao recurso, com uma retificação na sentença. (TJMG – Proc. 1.0132.03.900021-2/001(1) – Rel. Des. TIBAGY SALLES – J.18/05/2004)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - MEIO AMBIENTE - LEI 9.605/98 - DESTRUIÇÃO DE VEGETAÇÃO RASTEIRA - CRIME NÃO CONFIGURADO. Não configura o crime descrito no

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

artigo 38 da Lei 9.605/98 a destruição de vegetação rasteira, que não se confunde com floresta de preservação permanente, nele mencionada. (TJMG – Proc. 1.0407.04.006521-8/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL – J.20/09/2005)

Processo- Crime de Competência Originária - Corte de árvores em floresta de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente - A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social - Aplicação de multa de dois salários mínimos - Lapso temporal superior a dois anos entre a ocorrência dos fatos e o recebimento da denúncia - Decretação da extinção da punibilidade do agente pela prescrição da pretensão punitiva. (TJMG – Proc. 1.0000.00.187398-3/000(2) – Rel. Des. ODILON FERREIRA – J. 26/11/2002)

CRIME AMBIENTAL - ART. 38 DA LEI 9.605/98 - PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE SUSCITADA PELO 'PARQUET' - INOCORRÊNCIA - APELAÇÃO INTERPOSTA DENTRO DO PRAZO LEGAL - REJEIÇÃO - MÉRITO - PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - Ao executar atividade extrativista de minério, sem qualquer preocupação em evitar a degradação do meio ambiente, intervindo em área de preservação permanente, sem estar autorizado pelo IBAMA, o agente incorre nas sanções do art. 38, da Lei 9605/98 - CONDENAÇÃO MANTIDA - MINORAÇÃO DA REPRIMENDA - IMPOSSIBILIDADE - Restando configurado que o acusado agiu com dolo em sua conduta típica, não há que se falar em aplicação do parágrafo único do art. 38 da Lei 9605/98, que prevê a possibilidade de diminuição da pena em caso de crime culposos. - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO, REJEITADA A PRELIMINAR E IMPROVIDO (TJMG – Proc. 1.0026.01.000107-6/001(1) – Rel. Des. GUDESTE BIBE – J. 08/11/2005)

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME AMBIENTAL. DESMATAMENTO. ARTIGO 38 DA LEI 9.605/98. INTERPRETAÇÃO DA NORMA. PROVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE. ABSOLVIÇÃO REJEITADA. CONDIÇÕES FINANCEIRAS DO ACUSADO. REDUÇÃO MÍNIMA DA MULTA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. Constitui crime tipificado no artigo 38 da Lei 9.605/98, ""destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção"". Não há que se estreitar o alcance das expressões ""destruir ou danificar floresta"" e ""utilizá-la com infringência das normas de proteção"", contidas no artigo 38 da Lei nº 9.605/98. A interpretação de tais expressões deve transcender os moldes gramaticais e se aperfeiçoar em prol da efetividade que merece a proteção ao meio ambiente, consoante previsão constitucional, sem se descuidar do princípio da legalidade. A norma do artigo 38 da Lei nº 9.605/98, prevê a pena de ""detenção, de 1(um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente"". A ""multa será calculada segundo os critérios do Código Penal"" (art. 18). E o Código Penal estabelece, em seu art. 60 que, na ""fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu"". O montante do prejuízo também deve ser considerado, para o fim de se obter a quantificação da multa, conforme previsto no artigo 19 da mesma Lei nº 9.605/98. (TJMG – Proc. 1.0334.03.000365-4/001(1) – Rel. Des. ARMANDO FREIRE – J.12/04/2005)

APELAÇÃO - CRIME AMBIENTAL - CORTE NÃO AUTORIZADO DE ÁRVORES EM FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - CONDENAÇÃO MANTIDA. (TJMG – Proc. 1.0144.03.000931-6/001(1) – Rel. Des. PAULO CÉZAR DIAS – J.22/03/2005)

Artigo. 39

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

CRIME AMBIENTAL CONTRA A FLORA - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. Quem corta árvores nativas a menos de cinquenta metros de nascente, em área de preservação ambiental, sem a devida autorização do IEF, consome o delito do art. 39 da Lei 9.605/98. A prova pericial ofertada por funcionário público especialista na questão goza da presunção de legitimidade, a exigir prova inconcussa em contrário, sob pena de não poder ser desconstituída. Recurso improvido. (TJMG – Proc. 1.0016.01.016394-3/001(1) – Rel. Des. SÉRGIO BRAGA – J. 19/10/2004)

APELAÇÃO CRIMINAL - MEIO AMBIENTE - LEI N. 9.605/98, ART. 39 - DELITO CONFIGURADO - CONDENAÇÃO IMPOSTA. "Para os efeitos deste Código, entende-se por área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º (da Lei n. 4.771/65), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (Código Florestal, art. 1º, § 2º). "Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja de 30 m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10 m (dez metros) de largura" (Código Florestal, art. 2º, letra a, n. 1). "Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente: Pena - detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente" (Lei n. 9.605/98, art. 39 - crime contra o meio ambiente). (TJMG – Proc. 1.0183.00.010251-1/001(1) – Rel. Des. BEATRIZ PINHEIRO CAIRES – J. 25/08/2005)

Artigo 40

Crime contra o meio ambiente -Causar dano direto ou indireto a Unidades de Conservação - Art. 40, da Lei 9.605/98 - Delito não caracterizado - Inexistência de prova de que a ação levada a efeito pelo réu causou modificação para pior no ecossistema - Recurso provido - Absolvição. (TJMG – Proc. 1.0000.00.289912-8/000(1) – Rel. Des. KELSEN CARNEIRO – J. 06/05/2003)

Artigo 41

APELAÇÃO CRIMINAL - INCÊNDIO EM MATA OU FLORESTA - ARTIGO 41, "CAPUT", DA LEI N. 9.605/98 - MATERIALIDADE - AUTORIA - PROVAS - SUFICIÊNCIA - LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DA PENA DE MULTA E DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (ART. 45, §1º, DO CPB) - REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. Responde pelas sanções do delito previsto no artigo 41, "caput", da Lei n. 9.605/1998, quem provoca dolosamente incêndio em mata ou floresta. Tratando-se de produtor rural experiente e ciente das normas para queima controlada, procedendo de forma diversa está assumindo o risco (dolo eventual) de produzir o dano ambiental. Comprovada a materialidade delitiva e a autoria através de laudo pericial conclusivo e depoimentos testemunhais, impõe-se a manutenção do decreto condenatório. A "multa será calculada segundo critérios do Código Penal" (art. 18 da Lei 9.605/98). E o Código Penal estabelece, em seu artigo 60, que, na "fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, a situação econômica do réu". Concluindo que os elementos dos autos são insuficientes à exacerbação das penas de multa e de prestação pecuniária (artigo 45, §1º, do CPB), sua redução é cabível. (TJMG – Proc. 1.0582.05.930587-7/001(1) – Rel. Des. ARMANDO FREIRE – J. 22/11/2005)

Apelação Criminal – Crime ambiental – Art. 41 da Lei 9.605/98 – Área de preservação permanente – Incêndio – Autoria devidamente comprovada – Dolo configurado - Absolvição – Impossibilidade – Condenação mantida – Recurso desprovido. (TJMG – Proc. 1.0713.01.001706-7/001(1) – Rel. Des. SÉRGIO RESENDE – J. 01/04/2004)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE - LEI Nº 9.605/98 - DERRUBADA DE ÁRVORES DE IPÊ AMARELO - TIPICIDADE - ÁRVORES IMUNES AO CORTE - LEI ESTADUAL Nº 9.734/88 - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. O dispositivo legal em comento não exige para a configuração do crime que a "madeira de lei" esteja em área de preservação, e nem afasta a tipicidade, o fato das árvores serem velhas. Mesmo na zona rural é fato público e notório a proibição da derrubada indiscriminada de árvores, estando evidente o dolo do agente. (TJMG – Proc. 1.0143.02.000483-2/001(1) – Rel. Des. PAULO CÉZAR DIAS – J. 29/03/2005)

APELAÇÃO CRIMINAL - INCÊNDIO EM MATA OU FLORESTA - ARTIGO 41, "CAPUT", DA LEI N. 9.605/98 - MATERIALIDADE - AUTORIA - PROVAS - SUFICIÊNCIA - LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DA PENA DE MULTA E DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (ART. 45, §1º, DO CPB) - REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. Responde pelas sanções do delito previsto no artigo 41, "caput", da Lei n. 9.605/1998, quem provoca dolosamente incêndio em mata ou floresta. Tratando-se de produtor rural experiente e ciente das normas para queima controlada, procedendo de forma diversa está assumindo o risco (dolo eventual) de produzir o dano ambiental. Comprovada a materialidade delitiva e a autoria através de laudo pericial conclusivo e depoimentos testemunhais, impõe-se a manutenção do decreto condenatório. A "multa será calculada segundo critérios do Código Penal" (art. 18 da Lei 9.605/98). E o Código Penal estabelece, em seu artigo 60, que, na "fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, a situação econômica do réu". Concluindo que os elementos dos autos são insuficientes à exacerbação das penas de multa e de prestação pecuniária (artigo 45, §1º, do CPB), sua redução é cabível. (TJMG – Proc. 1.0582.05.930587-7/001(1) – Rel. Des. ARMANDO FREIRE – J. 22/11/2005)

Artigo. 45

APELAÇÃO CRIMINAL. PRESCRIÇÃO. PENA "IN CONCRETO" FIXADA EM 01 (UM) ANO. ART. 110, § 1º, E 109, V, CP. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE AFASTADA. CRIME AMBIENTAL. CORTE DE ÁRVORE DA ESPÉCIE AROEIRA. MADEIRA DE LEI. ARTIGO 45, DA LEI 9.605/98. PORTARIA DO IBAMA. TIPICIDADE. PROVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE. ABSOLVIÇÃO REJEITADA. SENTENÇA MANTIDA. Sendo a pena privativa de liberdade fixada em 01 (um) ano de detenção, a prescrição será de 04 (quatro) anos, nos termos dos artigos 110, § 1º, e 109, V, do CP. Neste caso, se entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença penal condenatória, com trânsito em julgado para a acusação, transcorreu lapso temporal inferior a 04 (quatro) anos, não há que se falar em extinção da punibilidade por ocorrência da prescrição. Constitui crime tipificado no artigo 45, da Lei 9.605/98, "cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais". Por conseguinte, incide nas penas de reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, o agente que, de forma livre e consciente, e sem possuir a devida licença, corta árvore da espécie aroeira, considerada "madeira de lei" pelo ordenamento jurídico e incluída na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. (TJMG – Proc. 1.0778.03.001746-2/001(1) – Rel. Des. ARMANDO FREIRE – J. 06/09/2005)

Artigo 48

Processo- crime originário – Crime ambiental (art. 48 da Lei 9.605/98) – Competência da Justiça Estadual – Inexistência de comprovado interesse da União – Preliminar rejeitada – Denunciados que procedem ao corte de diversas árvores nativas e ao aterramento de um curso d'água sem autorização do órgão competente – Existência, em tese, de crime contra o meio ambiente –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

Denúncia recebida. (TJMG – Proc. 1.0000.00.323406-9/000(1) – Rel. Des. SÉRGIO RESENDE – J. 19/08/2004)

Artigo 50

PROCESSO CRIME - AMBIENTAL E DESOBEDIÊNCIA - AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL - ATIPICIDADE DO FATO CONCERNENTE AO CRIME AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE PROVA MESMO TESTEMUNHAL QUANTO AO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - ABSOLVIÇÃO. O crime previsto no art.50 da Lei n. 9.605/98, deixa vestígio, sendo necessária e imprescindível a realização da prova material de perícia técnica, ausente nos autos tanto no que concerne a este delito como concernente também ao delito de desobediência de ordem ou embargo do desmatamento da autoridade competente. Não se enquadrando a espécie no conceito amplo de floresta, o fato denunciado configura-se atípico. Quanto ao delito de desobediência, não há, nos autos, nem mesmo prova testemunhal inconcussa - PROVIMENTO DO RECURSO QUE SE IMPÕE. V.V. Crime contra o meio ambiente previsto no artigo 50 da Lei 9.605/98 - Crime de desobediência à ordem legal de funcionário público - Absolvição - Impossível a absolvição quando os elementos probatórios evidenciam as condutas delitivas - Negado provimento ao recurso. (TJMG – Proc. 1.0043.03.900006-2/001(1) – Rel. Des. JANE SILVA – J.25/05/2004)

Artigo 54

Processo- Crime de Competência Originária. Prefeito. Crime ambiental. Poluição. Depósito de lixo urbano. ""Lixão"". Inobservância das normas ambientais. Denúncia que atende os requisitos do art. 41 do CPP. Descrição de fato típico. ""Fumus boni juris"" demonstrado. Alegações preliminares carentes de demonstração. Denúncia recebida. (TJMG – Proc. 1.0000.00.335313-3/000(2) – Rel. Des. HERCULANO RODRIGUES – J. 04/12/2003)

Prefeito Municipal - Crime ambiental - Parág. 1º, do art. 54, Lei nº 9.605/98 - Depósito de lixo urbano, sem as cautelas técnicas necessárias, causando poluição de qualquer natureza, em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana. Negligência e imprudência da Autoridade Municipal. Condenação: aplicação de pena restritiva de direito: prestação pecuniária. (TJMG – Proc. 1.0000.00.198187-7/000(2) – Rel. Des. GUDESTEU BIBER – J. 17/12/2002)

Crimes contra a administração pública e o meio ambiente - Loteamento de solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente - Poluição - Perigo de dano à saúde humana - Medidas de precaução não adotadas - Delitos caracterizados - Conjunto probatório suficiente para a condenação - Pena - Decote da multa aplicada em relação ao tipo previsto no art. 54, § 3º, da Lei 9.605/98 - Prestação pecuniária mantida - Isenção de custas - Súmula Criminal nº 58 do TJMG. - Restando suficientemente comprovado que o acusado iniciou loteamento de solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, gerando poluição com a retirada de terras, com acúmulo de materiais sólidos nos cursos d'água e construções vizinhas, sem adotar medidas de precaução exigidas, deve ser mantida a sua condenação por infração aos arts. 50, I, da Lei 6.766/79, e 54, caput e § 3º, da Lei 9.605/98. - Decota-se a multa aplicada no tocante ao delito previsto no § 3º do art. 54 da Lei de Crimes Ambientais, uma vez não cominada neste tipo penal. -Tendo sido fixada a prestação pecuniária em patamar adequado à situação econômica do recorrente, não há que se falar em sua redução. - O juridicamente miserável não fica imune da condenação nas custas do processo criminal (art. 804 CPP), mas o pagamento fica sujeito à condição e prazo estabelecidos no art. 12 da Lei 1.060/50. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJMG – Proc. 1.0313.01.018311-6/001(1) – Rel. Des. GUDESTEU BIBER – J. 29/03/2005)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME AMBIENTAL – ARTIGO 54 DA LEI N. 9.605/98 – CRIME DE NATUREZA MATERIAL - PROVA INSUFICIENTE A RESPEITO DA PRÁTICA PELO ACUSADO DO DELITO DENUNCIADO – ABSOLVIÇÃO MANTIDA. - Por se tratar de crime de natureza material, o aperfeiçoamento do tipo descrito no artigo 54 da Lei 9.605/98 exige a demonstração da existência de efetiva situação de perigo ou dano à saúde humana, bem como a destruição de animais ou flora, que deve ser demonstrado através de prova pericial específica. - Não sendo convincentes, em si mesmas, as provas embasadoras da pretensão punitiva almejada pelo recorrente, caso é de manutenção da sentença absolutória de 1º grau, prevalecendo, na espécie, o princípio in dubio pro reo. (TJMG – Proc. 1.0303.04.910511-5/001(1) – Rel. Des. BEATRIZ PINHEIRO CAIRES – J. 31/03/2005)

Artigo 60

CRIME AMBIENTAL. EXTRAÇÃO DE AREIA, EM RIO FEDERAL, POR MICROEMPRESA PRIVADA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA PENDENTE DE DECISÃO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO CURSO DA AÇÃO PENAL PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. ORDEM DENEGADA. (TJMG – Proc. 1.0000.00.257248-5/000(1) – Rel. Des. RONEY OLIVEIRA – J. 18/12/2001)

APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME AMBIENTAL – LICENÇA DE OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS PARA A EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS – PROVIDÊNCIA PARA LICENÇA NA FEAM – AUSÊNCIA DE DOLO – DELITO NÃO CONFIGURADO. Possuindo o apelante, licença junto a outras repartições estatais para a exploração de recursos minerais e tendo providenciado o denunciado a licença junto a FEAM, o crime ambiental não resultou configurado pela ausência do dolo, sendo de se decretar a improcedência total do pedido. Provimento do recurso que se impõe. (TJMG – Proc. 1.0515.02.000619-0/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL - J. 14/12/2004)

Processo Crime de Competência Originária. Crime ambiental. Extração de areia e cascalho e corte de arbustos às margens do Rio São Francisco. Atividade predatória não autorizada. Existência, em tese, de conduta punível. Denúncia recebida. (TJMG. Proc. 1.0000.04.409107-2/000(1) – Rel. Des. REYNALDO XIMENES CARNEIRO - J. 14/10/2004)

APELAÇÃO - CRIME AMBIENTAL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO - DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ARTIGO 60, DA LEI 9.605/98 - SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA - Não operou-se a prescrição, porque além do crime ser de natureza permanente, a última prática delituosa se deu em 21/11/2.002, sendo o lapso prescricional interrompido pelo recebimento da denúncia, em data de 29/01/2.003 - Constitui crime tipificado no artigo 60, da Lei 9.605/98, a construção de abatedouro em fazenda com infringência das normas de proteção ambiental Comprovada a materialidade do crime, há de se manter a sentença condenatória - Desprovimento do recurso que se impõe. (TJMG – Proc. 1.0210.00.002140-7/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL - J. 08/06/2004)

7. ESGOTOS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE. CONDENAÇÃO DA COPASA E DO MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE JESUS ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER. APELAÇÃO DA COPASA, NO QUE TANGE À OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER (NÃO LANÇAR O ESGOTO NO Córrego CANABRAVA, ANTES DE TOMAR AS DEVIDAS PRECAUÇÕES). APELANTE ALEGA IMPOSSIBILIDADE DE EFETUAR O LANÇAMENTO EM OUTRO LOCAL, ANTES DE SER CRIADA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. É INEGÁVEL O DANO AMBIENTAL SE A REDE COLETORA CONTINUAR FUNCIONANDO SEM A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE. A COPASA E O MUNICÍPIO SÃO RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DE UM CORRETO SISTEMA DE ESGOTAMENTO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.337425-3/000(1) – Rel. Des. RONEY OLIVEIRA – J. 20/11/2003)

CONSTITUCIONAL. OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE. DETERMINAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE DEVER CONSTITUCIONAL. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DE SEPARAÇÃO DE PODERES E À CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSÍVEL. No microssistema da tutela ambiental impõe-se, em virtude dos princípios da precaução e preservação, uma atuação preventiva do Poder Judiciário, de forma a evitar o dano ao meio-ambiente, pois este, depois de ocorrido, é de difícil ou impossível reparação. Por tal motivo que, nas ações que envolvam o meio-ambiente, o uso da tutela antecipada se legitima ainda mais. A omissão do Município de Luz em tratar adequadamente do lançamento de esgotos e derivados, no Córrego do Açudinho, importa em flagrante violação ao meio-ambiente e, por conseqüência, ao direito fundamental à saúde e ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. O meio ambiente, como um bem extraordinariamente relevante ao ser humano, é tutelado pela Constituição Federal. Assim, é dever inafastável do Estado empreender todos os esforços para a sua tutela e preservação, sob pena de violação ao art. 225 da CF. O Poder Judiciário, no exercício de sua alta e importante missão constitucional, deve e pode impor ao Poder Executivo Municipal o cumprimento da disposição constitucional que garante a preservação do meio ambiente, sob pena de não o fazê-lo, compactuar com a degradação ambiental e com piora da qualidade de vida de toda sociedade. A judicialização de política pública, aqui compreendida como implementação de política pública pelo Poder Judiciário, harmoniza-se com a Constituição de 1988. A concretização do texto constitucional não é dever apenas do Poder Executivo e Legislativo, mas também do Judiciário. É certo que, em regra a implementação de política pública, é da alçada do Executivo e do Legislativo, todavia, na hipótese de injustificada omissão, o Judiciário deve e pode agir para forçar os outros poderes a cumprirem o dever constitucional que lhes é imposto. A mera alegação de falta de recursos financeiros, destituída de qualquer comprovação objetiva, não é hábil a afastar o dever constitucional imposto ao Município de Luz de preservar o meio ambiente. Assim, a este caso não se aplica à cláusula da Reserva do Possível, seja porque não foi comprovada a incapacidade econômico-financeira do Município de Luz, seja porque a pretensão social de um meio ambiente equilibrado, preservado e protegido se afigura razoável, estando, pois, em plena harmonia com o devido processo legal substancial. (TJMG – Proc. 1.0388.04.004682-2/001(1) – Rel. Des. MARIA ELZA – J. 21/10/2004)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO DE PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. DANOS CAUSADOS À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE COMPROVADOS PELO IBAMA E PELA FEAM. OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO GARANTIR UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E SADIO À QUALIDADE DE VIDA. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER POR PARTE DOS AGRAVADOS/CONTRATANTES. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (TJMG – Proc. 1.0134.03.038640-0/001(1) – Rel. Des. RONEY OLIVEIRA – J. 02/09/2004)

MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO COMPROVADA E CONFESSADA EM CURSO D'ÁGUA - DESÍDIA DA EMPRESA POLUIDORA - IMPOSSIBILIDADE DE DELIMITAR O DANO POR ELA PARTICULARMENTE PRODUZIDO E SUA CONDENAÇÃO A RECOMPOR, INTEGRAL E ISOLADAMENTE, A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CAUSADA - INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA POR ESTIMATIVA - SEU RECOLHIMENTO AO FUNDO COMPETENTE - Se não há como ser a empresa poluidora condenada a, integral e isoladamente, recuperar e recompor a degradação ambiental, por ter esta decorrido de várias fontes poluidoras, como também impossível é delimitar o dano por ela particularmente produzido, para fins de recompô-lo em parte, a mais adequada solução é a de impor-lhe, por estimativa, uma indenização parcial, a ser recolhida ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. (TJMG – Proc. 1.0027.99.000921-2/001(1) – Rel. DES. HYPARCO IMMESI – J. 10/03/2005)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

8. FAUNA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA - LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR DANO AO MEIO AMBIENTE - AVES SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA MILITAR - DECISÃO CONFIRMADA. *Justifica-se a manutenção, dos animais apreendidos em rinha de galo, sob a custódia da administração pública, se tal medida se mostra idônea a impedir a extensão do dano. Rejeitada preliminar, dá-se parcial provimento ao recurso. (TJMG – Proc. 1.0480.03.048490-5/001(1) – Rel. Des. KILDARE CARVALHO – J. 12/08/2004)*

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RAZÕES DO RECURSO DO RÉU DISSOCIADAS DA SENTENÇA – NÃO CONHECIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 515 DO CPC - DANO AO MEIO AMBIENTE - MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO DE PÁSSAROS DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA SEM A AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA. *Não se conhece do recurso, por falta do requisito da regularidade formal, quando as suas razões são inteiramente dissociadas do que foi decidido. A ação civil pública é instrumento processual adequado para impedir ou reprimir o dano ecológico, devendo repousar sobre fatos concretamente demonstráveis e que possam ser imputados a quem lhes der causa. Cabe ao Julgador, examinando as circunstâncias específicas de cada caso concreto, fixar o 'quantum' da indenização, de acordo com sua conclusão lógica e com base nos fundamentos técnicos emitidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, critério este que vem sendo acolhido hodiernamente pelo Poder Judiciário brasileiro. (TJMG – Proc. 1.0024.04.305575-5/001(1) – Rel. Des. EDILSON FERNANDES – J. 30/08/2005)*

Ação civil pública ambiental. Proteção dos direitos dos animais utilizados em rodeios quanto à prática de maus tratos e castigos corporais ministradas aos mesmos. Preliminar de ilegitimidade passiva acolhida. Feito julgado extinto. O Município de Poços de Caldas não é parte passiva legítima na presente ação civil pública, pois a responsabilidade pela fiscalização do tratamento dispensado aos animais utilizados em rodeio pertence ao Estado Federativo, consoante previsto nos artigos 5º e 7º da Lei 10.519/2002. (TJMG – Proc. 1.0518.03.042046-8/002(1) – Rel. Des. JARBAS LADEIRA – J. 04/10/2005)

MEIO AMBIENTE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CRIAÇÃO DE PÁSSAROS - DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM OUTRO FEITO QUE GARANTE AO CRIADOR O DIREITO DE SER CADASTRADO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE - REGULARIDADE NA MANUTENÇÃO DOS ANIMAIS EM CATIVEIRO - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL. (TJMG – Proc. 1.0024.03.180838-9/001(1) – Rel. Des. AUDEBERT DELAGE – J. 13/10/2005)

Ação Civil Pública. Dano ao meio ambiente. Caracterização, nos termos da legislação de regência. A manutenção em cativeiro, sem que se esteja munido de licença expedida pelo órgão ambiental competente, de pássaros de nossa fauna silvestre, configura indubitável dano ambiental, dando azo a que o agente causador do dano seja compelido a indenizá-lo. A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, de modo que é prescindível se perquerir se a conduta do agente foi culposa ou dolosa, bastando, para que seja imperioso o dever de indenizar, a coexistência de três elementos, quais sejam, conduta, prejuízo e nexo causal. Por fim, em tendo sido o valor da indenização fixado com lastro em critérios técnicos, o mesmo deve ser mantido inalterado. Recurso Desprovido. (TJMG – Proc. 1.0024.04.339202-6/001(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 14/06/2005)

SUSCITAÇÃO DE DÚVIDAS - REGISTRO DE SOCIEDADE - ATIVIDADE ILÍCITA - BRIGA DE GALOS - ART. 115, DA LEI 6.015/73. O art. 115, da Lei 6.015/73, veda o registro dos atos constitutivos de sociedades, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

ou atividades ilícitas, como é o caso dos autos onde se pretende registrar uma sociedade que objetiva a prática do ""esporte"" de briga de galos. (TJMG – Proc. 1.0000.00.259058-6/000(1) – Rel. Des. SILAS VIEIRA – J. 02/09/2002)

9. FLORA

MANDADO DE SEGURANÇA. IMÓVEL RURAL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL. RESTRIÇÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE CERTEZA DO DIREITO E DE ILEGALIDADE DO ATO. *Compete ao impetrante, para fins de mandado de segurança, demonstrar o seu direito líquido e certo, e a ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade ou por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. A inexistência de qualquer dos elementos acima mencionados leva à improcedência da referida garantia constitucional. Sendo legal a restrição imposta ao pedido do impetrante de autorização para exploração florestal de seu imóvel, não há que se falar em certeza do direito e em abusividade do ato da autoridade competente para a análise do pedido. (TJMG – Proc. 1.0514.05.015362-6/001(1) – Rel. Des. MARIA ELZA – J. 15/09/2005)*

AÇÃO ANULATÓRIA - DESMATAMENTO - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO - IEF - COMPETÊNCIA - LEGALIDADE. *Diante de expressa previsão legal à época do fato (Lei 10.561/91), dispondo que o desmatamento necessário ao uso alternativo do solo depende de autorização do Instituto Estadual de Florestas - IEF - e atribuindo-lhe competência para fiscalização e autuação, e não demonstrada outra ilegalidade, não há que se falar em anulação do auto de infração nem da multa aplicada. (TJMG– Proc. 1.0433.02.056080-4/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO HÉLIO SILVA –J. 27/10/2005)*

10. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

Poder investigatório

""HABEAS CORPUS"" - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - TRANCAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE - PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL CONFERIDA AO MINISTÉRIO PÚBLICO - INTELIGÊNCIA DO ART. 129, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ESCLARECIMENTOS REQUISITADOS À PACIENTE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO - ORDEM DENEGADA. ""O que autoriza o Ministério Público a investigar não é a natureza do ato punitivo que pode resultar da investigação (sanção administrativa, cível ou penal), mas, sim, o fato a ser apurado, incidente sobre bens jurídicos cuja proteção a Constituição explicitamente confiou ao 'Parquet'."" (Inquérito 1.968-2/DF - trecho do voto do E. Ministro Joaquim Barbosa). (TJMG – Proc. 1.0000.04.412492-3/000(1) – Rel. Des. MÁRCIA MILANEZ – J. 28/09/2004)

11. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITO AMBIENTAL - ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA - INDÍCIOS DA PRÁTICA DE ILÍCITOS AMBIENTAIS - INEXISTÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - CESSAÇÃO DA CONDUTA - NECESSIDADE - PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO - CONCESSÃO DA LICENÇA - AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO. 1 - Ante a constatação de indícios da prática de ilícitos ambientais, forçoso determinar a cessação da atividade que se verifica potencialmente poluidora, que, ainda, vem sendo exercida sem a necessária Licença Ambiental, guardando o devido respeito, assim, ao Princípio da Prevenção. 2 - Concedida licença de operação à empresa, é de rigor a autorização para o retorno às atividades. (TJMG – Proc. 1.0498.03.000077-8/001(1) – Rel. Des. SILAS VIEIRA – J. 01/07/2004)

LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA CAUSADORA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. Se a norma exige o licenciamento ambiental como condição para o exercício de atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente e se o interessado não atende àquela exigência, vindo a Administração a suspender suas atividades, este ato não pode ser desconstituído por mandado de segurança, porque não há direito líquido e certo algum da impetrante a preservar. (TJMG – Proc. 1.0000.00.243360-5/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 05/11/2002)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AO MEIO AMBIENTE - FALTA DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - INDISPENSABILIDADE DESTES. Se a área constitui local de relevante interesse ambiental e abrangida em diretrizes especiais, qualquer licença para nela construir deve ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, e a falta deste acarreta sua nulidade (dela, licença). Dada sua indispensabilidade, o estudo de impacto ambiental não constitui mera formalidade que possa ser postergada. A alegada irreversibilidade da situação fática no local da construção legalmente desautorizada (edificação de diversos prédios pelo infrator), não tem o condão de esvaziar o objeto da ação civil pública. **MULTA DIÁRIA - SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO OU COMINATÓRIO - LIMITE DELA (MULTA) NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER - INEXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO NA MULTA DECORRENTE DE DETERMINAÇÃO EM TÍTULO JUDICIAL.** Quando o réu é condenado ao pagamento de multa diária estabelecida em cláusula penal pactuada pelas partes, há a limitação a que se refere o art. 920 do Código Civil (o de 1916), em face do seu caráter compensatório. Todavia, quando a multa, ao invés de ter sido pactuada em contrato (título extrajudicial), é imposta em título judicial (sentença), com o escopo de assegurar a efetividade do processo, isto é, o cumprimento da obrigação, inexistente essa limitação, dado o seu caráter cominatório (e não compensatório), regendo-se, então, pelo art. 644 do vigente Estatuto Instrumentário Civil, e devida sem limite, até que o devedor a satisfaça (ela, obrigação). (TJMG – Proc. 1.0000.00.274059-5/000(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 24/06/2004)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ABERTURA DE ESTRADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO PRÉVIO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - DANO AMBIENTAL COMPROVADO - REPARAÇÃO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Comprovado o nexo de causalidade entre a conduta do ente público e os danos causados ao meio ambiente, suficientes para a caracterização da responsabilidade objetiva, nos termos do artigo 14 da Lei 6.938/81, cabe ao município efetuar a sistematização e revegetação da área de preservação permanente, degradada. (TJMG – Proc. 1.0049.03.003669-0/001(1) – Rel. Des. MOREIRA DINIZ – J. 01/12/2005)

MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA – AGRAVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEIO AMBIENTE – DANO POTENCIAL – LIMINAR – MEDIDA NECESSÁRIA – LEGALIDADE E OPORTUNIDADE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

Se postos à mostra ""salienter tantum"" os requisitos indispensáveis da aparência do bom direito (""fumus boni iuris""), e do perigo na demora ""periculum in mora"", impõe-se a concessão de liminar, com vistas à imediata cessação de atividade de desmatamento ou queimada sem prévia e comprovada permissão do órgão ambiental competente. Ademais, a natureza jurídica da liminar em ação civil pública é diversa da tutela antecipada a que se refere o artigo 273 do CPC, razão pela qual não há de se exigir prova inequívoca acerca da verossimilhança das alegações, bastando a presença do ""fumus"" e do ""periculum"".(TJMG – Proc. 1.0671.03.900247-0/001(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 23/06/2005)

Mandado de segurança. Estabelecimento de ensino superior que funciona sem o alvará de localização e funcionamento. Necessidade de adequação às normas ambientais e Código de Posturas Municipal. Impacto ambiental. Ameaça de intervenção pelo descumprimento das exigências dos órgãos competentes. Ausência de ofensa a direito líquido e certo da impetrante. Apelação improvida. (TJMG – Proc. 1.0024.04.532739-2/001(1) – Rel. Des. JOSÉ FRANCISCO BUENO – J. 03/11/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE COLÔNIA PENAL. NECESSIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ÁREA DE CONSTRUÇÃO NÃO ENQUADRÁVEL COMO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, CONFORME CONCLUSÃO DE RELATÓRIO. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS DE ADEQUAÇÃO, SEM NECESSIDADE DE PARALISAÇÃO DA CONSTRUÇÃO, CONSUBSTANCIANDO-SE EM TERMO DE REAJUSTAMENTO DE CONDUTA.(TJMG – Proc. 1.0000.00.328726-5/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA - J. 22/06/2004)

CONSTITUCIONAL E DIREITO AMBIENTAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROTEÇÃO, PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE - DANOS IRREVERSÍVEIS - CONSEQÜÊNCIAS GRAVES - MEIO AQUÁTICO, QUALIDADE DO AR, SOLO E MEIO ANTRÓPICO - PRÁTICA IRREGULAR DE SUINOCULTURA - ATIVIDADE SUSPensa - REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 129, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ART. 25, IV, DA LEI 7.347/85 E LEI 8.625/93. Incumbe ao Ministério Público, além das funções previstas na Constituição da República, promover a Ação Civil Pública, na forma da Lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, nos termos das normas de regência. Uma vez constatado o acarretamento de danos irreversíveis ao meio ambiente, com conseqüências graves ao meio aquático, à qualidade do ar, ao solo e ao meio antrópico, por prática irregular de suinocultura, deve a atividade permanecer suspensa, até que o responsável pelo empreendimento regularize a situação. (TJMG – Proc. 1.0000.00.319394-3/000(1) – Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA - J. 12/06/2003)

12. LIMINAR

MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA – AGRAVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEIO AMBIENTE – DANO POTENCIAL – LIMINAR – MEDIDA NECESSÁRIA – LEGALIDADE E OPORTUNIDADE. Se postos à mostra ""salienter tantum"" os requisitos indispensáveis da aparência do bom direito (""fumus boni iuris""), e do perigo na demora ""periculum in mora"", impõe-se a concessão de liminar, com vistas à imediata cessação de atividade de desmatamento ou queimada sem prévia e comprovada permissão do órgão ambiental competente. Ademais, a natureza jurídica da liminar em ação civil pública é diversa da tutela antecipada a que se refere o artigo 273 do CPC, razão pela qual não há de se exigir prova inequívoca acerca da verossimilhança das alegações, bastando a presença do ""fumus"" e do ""periculum"". (TJMG – Proc. 1.0671.03.900247-0/001(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 23/06/2005)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DEFESA DO MEIO AMBIENTE - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE - LIMINAR - RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO - RISCO DE INEFICÁCIA DO PROVIMENTO FINAL - CONSTATAÇÃO - DEFERIMENTO - MANUTENÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 129, III DA CARTA POLÍTICA E DOS ARTS. 1º, I E 12 DA LEI 7.347/1985. O Ministério Público tem legitimidade para proteger o meio ambiente através do ajuizamento de Ação Civil Pública. É de rigor o deferimento da liminar pleiteada, quando demonstrados, ""quantum satis"", a relevância da fundamentação embasadora do pleito e risco de ineficácia do provimento final. (TJMG – Proc. 1.0607.05.024235-5/001(1) – Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA – J. 27/10/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR DANO AO MEIO AMBIENTE - POSSIBILIDADE. Nos termos do disposto no §3º do artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor, bem como do artigo 12 da Lei 7347/85, nas ações civis públicas, diante da relevância do fundamento da demanda e de justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz adiantar a tutela de mérito, liminarmente ou após justificação prévia do réu. Recurso a que se nega provimento. (TJMG – Proc. 1.0671.04.910505-7/001(1) – Rel. Des. KILDARE CARVALHO – J. 07/10/2004)

13. LIXO

Coleta

ADMINISTRATIVO – PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO ORDINÁRIA – TUTELA ANTECIPADA – COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES – RESOLUÇÃO N.º 283 DO CONAMA – ATRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE AOS DIRIGENTES DOS HOSPITAIS – SERVIÇO PÚBLICO DE INTERESSE LOCAL – COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PROVA INEQUÍVOCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. 1 – Por força do art. 30, inc. V, da Constituição da República, compete à Municipalidade disciplinar o serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos, cuja prestação, no Município de Belo Horizonte, é feita exclusivamente pela Superintendência de Limpeza Pública (Lei Municipal n.º 2.220/1973). 2 – Se a superveniência de ato normativo do Conselho Nacional de Meio Ambiente, ao atribuir aos dirigentes dos hospitais a responsabilidade pelo gerenciamento do lixo hospitalar, excepcionou a competência exclusiva da Superintendência de Limpeza Urbana, resta configurada a verossimilhança do alegado pelo autor, justificando a confirmação da tutela antecipada que assegurou a continuidade da prestação do serviço pela referida autarquia. 3 – Recurso não-provido. (TJMG – Proc. 1.0024.04.391396-1/001(1) – Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM – J. 02/06/2005)

Resíduos da construção civil

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AO MEIO AMBIENTE - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - LANÇAMENTO DE ENTULHOS DE CONSTRUÇÕES - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - RESSARCIMENTO NA FORMA ESPECÍFICA - PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO ""O agente é responsável pela reparação do meio ambiente, ou indenização, independentemente da análise subjetividade da ação; assim, a responsabilidade pelo dano ambiental prescinde da pesquisa da culpa latu sensu e, em certos casos, do próprio nexo causal, eis que, a mera sucessão pode gerar o direito de reparar""; ""Pelo princípio da reparação integral, todo aquele que causar um dano ao ambiente deve arcar com as consequências patrimoniais de seu ato""; ""A impossibilidade do ressarcimento na forma específica somente sede passo, consoante a melhor doutrina, diante de uma desproporcionalidade substancial"". (TJMG – Proc. 1.0079.02.032908-6/001(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 18/10/2005)

Resíduos de saúde

SERVIÇOS DE SAÚDE - RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS. É requisito para a expedição de alvará de localização e funcionamento a preexistência de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, no qual deve ser contemplado o manejo dos resíduos sólidos especiais. Se tal manejo é de inteira responsabilidade daquele que produz os resíduos e a empresa contratada pelos dentistas se obrigou a tão-somente recolher e transportar os resíduos, ocorre a impossibilidade jurídica da pretensão do apelante e a ausência do seu interesse de agir quando pretende desobrigar-se de cumprir as determinações legais. (TJMG – Proc. 1.0000.00.284141-9/000(1) – Rel. Des. GERALDO AUGUSTO – J. 11/03/2003)

Resíduos urbanos

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

SUSPENSÃO DAS OBRAS. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Por situarem-se em Área de Preservação Permanente situada dentro de Área de Proteção Ambiental, devem ser suspensas as obras de construção de Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Domésticos até que seja concluído o processo administrativo de Licenciamento Ambiental. (TJMG – Proc. 1.0473.04.004129-4/001(1) – Rel. Des. FERNANDO BRÁULIO – J. 25/08/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Legitimidade ativa do Ministério Público - Depósito de lixo urbano – Risco de dano ao meio ambiente e à saúde da população, constatado por perícia técnica – Procedência – Manutenção da sentença, no reexame necessário. (TJMG – Proc. 1.0069.01.000724-8/001(1) – Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 11/08/2005)

DIREITO AMBIENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DEPÓSITO DE LIXO EM CÉU ABERTO - DANO AO MEIO AMBIENTE - IRREGULARIDADE. O art. 23, VI, da Constituição da República preceitua ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o Meio Ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. As condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. "A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação." (TJMG – Proc. 1.0439.02.006428-3/001(1) – Rel. Des. CARREIRA MACHADO – J. 25/11/2004)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEPÓSITO DE LIXO EM CÉU ABERTO - DANO AO MEIO AMBIENTE - IRREGULARIDADE. Com a Constituição de 1988 a proteção ao meio ambiente passou a ter grande importância social, tendo seu agressor obrigação de reparar o dano causado. (TJMG – Proc. 1.0486.03.000150-8/001(1) – Rel. Des. CARREIRA MACHADO – J. 05/08/2004)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MEIO AMBIENTE - LIXO - DEPÓSITO À CÉU ABERTO - POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO. - Nos termos do art. 225, da Constituição Federal, todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. - A coleta de lixo constitui serviço essencial, imprescindível à manutenção da saúde pública, devendo, portanto, ser contínuo. A sua prestação de forma descontinuada extrapola os limites da legalidade e afronta a cláusula de proteção ao meio ambiente, o que faz com que a determinação judicial expedida pelo Estado não encerre suposta ingerência do Judiciário na esfera da administração. Não há discricionariedade do administrador frente aos direitos consagrados constitucionalmente, sendo nesse aspecto vinculada a atividade administrativa. (TJMG – Proc. 1.0193.01.001567-8/001(1) – Rel. Des. WANDER MAROTTA – J. 22/11/2005)

ADMINISTRATIVO - REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - LIXÃO MUNICIPAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - POSSIBILIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE - PRELIMINAR REPELIDA - DEPÓSITO DE LIXO A CÉU ABERTO QUE JÁ PERDURA POR VÁRIOS ANOS - DANO AMBIENTAL COMPROVADO - COMINAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM MULTA DIÁRIA - CONSTRUÇÃO DE OBRA PÚBLICA - ATERRO SANITÁRIO CONTROLADO - AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO - CONFIGURAÇÃO DE CONTROLE JURISDICIONAL DAS OMISSÕES DA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, DA LEI Nº 7.347, DE 24.07.1985 - COMINAÇÃO DE PENA PECUNIÁRIA, PARA O CUMPRIMENTO DO PRECEITO - ASTREINTE - CABIMENTO - ART. 11 DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REDUÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS - ENTE PÚBLICO - ISENÇÃO LEGAL - SENTENÇA CONFIRMADA, EM REEXAME NECESSÁRIO, COM REPAROS NO DISPOSITIVO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.352421-2/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 22/06/2004)

ADMINISTRATIVO - REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - LIXÃO MUNICIPAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - POSSIBILIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE - PRELIMINAR REPELIDA - DEPÓSITO DE LIXO A CÉU ABERTO QUE JÁ PERDURA POR VÁRIOS ANOS - DANO AMBIENTAL COMPROVADO - COMINAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM MULTA DIÁRIA - CONSTRUÇÃO DE OBRA PÚBLICA - ATERRO SANITÁRIO CONTROLADO - AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO - CONFIGURAÇÃO DE CONTROLE JURISDICIONAL DAS OMISSÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, DA LEI Nº 7.347, DE 24.07.1985 - COMINAÇÃO DE PENA PECUNIÁRIA, PARA O CUMPRIMENTO DO PRECEITO - ASTREINTE - CABIMENTO - ART. 11 DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REDUÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS - ENTE PÚBLICO - ISENÇÃO LEGAL - SENTENÇA CONFIRMADA, EM REEXAME NECESSÁRIO, COM REPAROS NO DISPOSITIVO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.352421-2/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 22/06/2004)

14. MATA ATLÂNTICA

Tratando-se de área de proteção permanente, integrante da Mata Atlântica, tem-se como obrigatória a manifestação do IBAMA, além da apresentação do chamado estudo de impacto ambiental, como condição à aprovação de loteamento. (TJMG. Proc. 1.0000.00.135050-3/000(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 05/10/1999)

Ação civil pública. Desmatamento. Mata Atlântica. Reparação devida. 1 - Verificado através de laudo pericial técnico o desmatamento de área de preservação, que constitui patrimônio coletivo, da sociedade, o ressarcimento é imperativo legal, devendo o seu agente arcar com os danos correspondentes. 2 - Recurso improvido. (TJMG – Proc. 1.0183.03.062431-0/001(1) – Rel. Des. NILSON REIS – J. 23/11/2004)

CRIME AMBIENTAL - DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO - MATA ATLÂNTICA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - PRESENÇA DOS INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO - RECEBE-SE A DENÚNCIA E SE CONCEDE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.302316-5/000(1) - Rel. Des. GOMES LIMA - J. 27/05/2003)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

15. MINERAÇÃO

Competência

PROCESSUAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA CONTRA O IEF, CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL E ALCOA, VISANDO ANULAR AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PARA SUPOSTO DESMATAMENTO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIO. FORO COMPETENTE É DO LOCAL DO DANO. LEI 7347/85, ART 2º. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. (TJMG – Proc. 1.0000.05.426621-8/000(1) – Rel. Des. CÉLIO CÉSAR PADUANI – J. 07/12/2005)

Lavra clandestina

AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO - ÁREA AMBIENTAL - LAVRA CLANDESTINA - LÁCRE DOS MAQUINÁRIOS E BLOCOS APREENDIDOS - MINISTÉRIO PÚBLICO - LIMINAR CONCEDIDA - AGRAVO DE INSTRUMENTO. ""Irretocável a decisão interlocutória que concede liminar a pedido ministerial, quando ocorridas medidas clandestinas que ignorem a preservação quanto ao meio ambiente e ao patrimônio paisagístico de qualquer comunidade"". (TJMG – Proc. 1.0000.00.345383-4/000(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 25/11/2003)

Licenciamento ambiental

MANDADO DE SEGURANÇA. ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO DESMATAMENTO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (VEGETAÇÃO EM MARGEM DE RIO). CÓDIGO FLORESTAL. NECESSIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL ESPECÍFICA. SEGURANÇA DENEGADA. O fato de a empresa haver obtido licença de localização e de exploração minerária não a exime de atender às determinações legais referentes à preservação do meio ambiente, sobremaneira de possuir prévia autorização do órgão ambiental competente para promover desmatamento em áreas de preservação permanente. Portanto, se o impetrante não observa as prescrições ambientais definidas em lei, sujeita-se às sanções previstas no art. 72, da Lei n. 9605/1998, dentre as quais o embargo da obra ou atividade (inciso VII). Segurança denegada. (TJMG – Proc. 1.0000.00.234578-3/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 02/04/2002)

Mandado de Segurança. Impossibilidade de dilação probatória. Direito líquido e certo que deverá ser demonstrado quando da impetração do ""mandamus"". Inocorrência do cerceamento de defesa argüido. Atividade de extração mineral. Área de preservação permanente. Necessidade de licença ambiental específica. O fato de a empresa haver obtido licença de exploração minerária não a exime de atender às determinações legais referentes à preservação do meio ambiente, sobremaneira restando constatado que tal atividade está se dando em área de preservação permanente (topo de serra), assim conceituada pelo Código Florestal. O descumprimento das normas ambientais aplicáveis à espécie sujeita o pesquisador ao embargo da atividade de exploração de lavra. Recurso Improvido. (TJMG – Proc. 1.0000.00.263146-3/000(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 02/12/2002)

MANDADO DE SEGURANÇA - RENOVAÇÃO DE LICENÇA MUNICIPAL PARA EXTRAÇÃO DE MINÉRIO - CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS - PEDIDO INDEFERIDO PELO MUNICÍPIO - OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA CONCEDIDA. - Considerando-se que a impetrante está acobertada por licença definitiva e por prazo ilimitado para extração do minério quartzito através de alvará expedido pelo Município, que não existe dispositivo de lei municipal que condicione a renovação da licença para funcionamento à prévia autorização do IBAMA, que não existe fundamento legal para o indeferimento do pedido de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

renovação da licença, a segurança deve ser concedida. (TJMG – Proc. 1.0479.03.054431-2/002(1) – Rel. Des. EDUARDO ANDRADE – J. 23/08/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MINERAÇÃO DE CALCÁRIO EM ÁREA PRÓXIMA A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS. EMBARGO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRESENÇA DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 273 DO CPC. RECURSO IMPROVIDO. Uma vez atendidos os requisitos da verossimilhança das alegações do MP quanto ao caráter irreversível dos danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, paleontológico e espeleológico da exploração minerária de extração de calcário em área contígua a outra já sujeita embargo judicial, impõe-se a confirmação da decisão pela qual foi concedida antecipação de tutela no sentido da abstenção, pelos Órgãos ambientais, de proceder aos atos administrativos preparatórios do licenciamento ambiental do empreendimento. (TJMG – Proc. 1.0000.00.350774-6/000(1) – Rel. Des. FERNANDO BRÁULIO – J. 18/03/2004)

CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA - ""AUTO DE INFRAÇÃO"" - COMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL E PROVA CAPAZ DE AFASTAR A PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO AUTO - SEGURANÇA DENEGADA. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais possui ""Poder de Polícia"" ambiental, sendo competente para lavrar ""Auto de Infração"" visando coibir a degradação do meio ambiente. Restando demonstrado pela fiscalização que a empresa efetuou extração de areia com degradação ambiental, mostra-se legítimo o ""Auto de Infração"" e o ""Termo de Apreensão, Depósito e Interdição"". Para se utilizar da via sumária do Mandado de Segurança, o Impetrante deve trazer prova incontestável dos fatos constitutivos de seu direito nos moldes a configurar o direito líquido e certo para a concessão da segurança. (TJMG – Proc. 1.0433.04.128515-9/003(1) – Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA – J. 25/08/2005)

Obrigação de reparar

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AMBIENTAIS - MINERAÇÃO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - VALOR DA INDENIZAÇÃO. O poluidor, provada a atividade degradadora, deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, devendo a multa - de problemática fixação - ser arbitrada segundo todos os parâmetros fáticos do caso, principalmente a capacidade de solvência dos acusados, e não pela simples avaliação dos produtos retirados, durante todo o período, na atividade poluente -- no caso a extração de ouro na via do garimpo individual. Rejeitar preliminar e dar provimento parcial ao recurso. (TJMG – Proc. 1.0175.03.003832-7/001(1) – Rel. Des. WANDER MAROTTA - J25/10/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AO MEIO AMBIENTE - PROPRIETÁRIO DE IMÓVEL RURAL - MERA ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA EXPLORAÇÃO POR OUTREM - LEGITIMIDADE PASSIVA ""AD CAUSAM"" - DANOS AO MEIO AMBIENTE EFETIVAMENTE CONSTATADOS - RESPONSABILIDADE CIVIL ""OBJETIVA"". 1 - A mera alegação, feita por proprietário de imóvel rural, de que as suas atividades de exploração mineral foram suspensas pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, e que não sabia que outra pessoa estava exercendo a atividade em sua propriedade, não têm o condão de afastar a sua responsabilidade por dano ambiental, se desacompanhadas de provas irrefutáveis, que demonstrem a sua inocência, ainda mais estando constatado pericialmente a existência de danos causados anteriormente. 2 - Conforme reiterada jurisprudência deste Tribunal, e também do STJ, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente é objetiva, ou seja, a sua caracterização independe de culpa e se fundamenta no fato de que aquele que gera o risco deve reparar os danos advindos da atividade exercida. (TJMG – Proc. 1.0107.03.900299-6/001(1) – Rel. Des. GERALDO AUGUSTO – J. 01/06/2004)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

Pesquisa

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO DE LAVRA – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA – ATIVIDADE CLANDESTINA. A atividade de lavra mineral desenvolvida apenas com a Autorização de Pesquisa, concedida pelo DNPM, é irregular e clandestina. Pelo que deve ser mantida decisão que, em antecipação de tutela, impede a continuidade das atividades. (TJMG – Proc. 1.0000.00.344908-9/000(1) – Rel. Des. JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES – J. 09/03/2004)

PROCESSUAL CIVIL - INTERESSE DE AGIR - INEXISTÊNCIA - CORRELAÇÃO COM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PENDENTE DE JULGAMENTO - ATIVIDADES DE PESQUISA E MINERAÇÃO COM DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. - Não tem legítimo interesse processual quem baseia seu direito sobre pesquisa e extração mineral em propriedade de terceiro, ainda mais estando ""sub judice"" a exploração do terreno onde dar-se-á a lavra. (TJMG – Proc. 1.0107.03.900018-0/001(1) – Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA – J. 26/10/2004)

Mandado de Segurança - Preliminar de nulidade da sentença em razão de sucinta fundamentação, rejeitada - Pesquisa de diamante industrial - A atividade de pesquisa para aferição de viabilidade de exploração mineral requer estudo para avaliação de impacto ambiental sob pena de frustrar o previsto no art. 225 da CF, bem como, a legislação ambiental - Segurança denegada - Recurso desprovido para manter a r. sentença pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. (TJMG – Proc. 1.0000.00.281325-1/000(1) – Rel. Des. SÉRGIO LELLIS SANTIAGO – J. 10/02/2003)

Suspensão de atividades

MEIO AMBIENTE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATIVIDADE MINERÁRIA - EXPLORAÇÃO AURÍFERA - CONJUNTO PROBATÓRIO - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO 'FUMUS BONI IURIS' E 'PERICULUM IN MORA'. Confirma-se o deferimento de liminar em ação civil pública, quando as circunstâncias do caso concreto indicam a possibilidade de degradação ao meio ambiente, situação que evidencia dano de difícil reparação aliado à presença da relevância da fundamentação (TJMG – Proc. 1.0557.04.910503-3/001(1) Rel. Des. EDILSON FERNANDES– J. 14/12/2004)

EXPLORAÇÃO DE LAVRA CONSIDERADA POLUIDORA DO MEIO AMBIENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADIANTAMENTO DE TUTELA. DECISÃO DEFERITÓRIA. AGRAVO DESPROVIDO. ACÓRDÃO PENDENTE DE RECURSO ESPECIAL. RENOVAÇÃO DO PEDIDO. DEFERIMENTO. INTERPOSIÇÃO DE NOVO AGRAVO. DESPROVIMENTO. FATOS NOVOS A SEREM PROVADOS NA INSTRUÇÃO DA CAUSA. (TJMG – Proc. 1.0498.03.001505-7/001(1) – Rel. Des. MACIEL PEREIRA – J. 22/09/2005)

16. PARCELAMENTO DO SOLO

APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - LOTEAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - INADMISSIBILIDADE. Confirma-se a sentença que, em ação civil pública, determina a paralisação da construção e a comercialização de loteamento em área de preservação ambiental, sem as respectivas licenças. Não se conhece do 3º agravo retido, nega-se provimento aos 1º e 2º agravos retidos e nega-se provimento ao apelo. (TJMG – Proc. 1.0079.98.014315-4/001(1) – Rel. Des. KILDARE CARVALHO – J. 17/03/2005)

Crimes contra a administração pública e o meio ambiente - Loteamento de solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente - Poluição - Perigo de dano à saúde humana - Medidas de precaução não adotadas - Delitos caracterizados - Conjunto probatório suficiente para a condenação - Pena - Decote da multa aplicada em relação ao tipo previsto no art. 54, § 3º, da Lei 9.605/98 - Prestação pecuniária mantida - Isenção de custas - Súmula Criminal nº 58 do TJMG. - Restando suficientemente comprovado que o acusado iniciou loteamento de solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, gerando poluição com a retirada de terras, com acúmulo de materiais sólidos nos cursos d'água e construções vizinhas, sem adotar medidas de precaução exigidas, deve ser mantida a sua condenação por infração aos arts. 50, I, da Lei 6.766/79, e 54, caput e § 3º, da Lei 9.605/98. - Decota-se a multa aplicada no tocante ao delito previsto no § 3º do art. 54 da Lei de Crimes Ambientais, uma vez não cominada neste tipo penal. - Tendo sido fixada a prestação pecuniária em patamar adequado à situação econômica do recorrente, não há que se falar em sua redução. - O juridicamente miserável não fica imune da condenação nas custas do processo criminal (art. 804 CPP), mas o pagamento fica sujeito à condição e prazo estabelecidos no art. 12 da Lei 1.060/50. - Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJMG – Proc. 1.0313.01.018311-6/001(1) – Rel. Des. GUDESTEY BIBER – J. 29/03/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LOTEAMENTO - DANO AMBIENTAL - Aquele a quem robusta prova colhida na instrução processual apontar como responsável por degradação ambiental está obrigado a reparar o dano, sob pena de pagar multa diária que o Juiz fixar na sentença. Tem-se ""astreintes"" como meio de levar o devedor, mais cedo ou mais tarde, a prestar o fato ou dele se omitir, na pressuposição de que, bem dosada, o devedor ficará desestimulado a resistir ao cumprimento do julgado. (TJMG – Proc. 1.0000.00.319680-5/000(1) – Rel. Des. LAMBERTO SANT ANNA – J. 24/04/2003)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO APROVADO PELO MUNICÍPIO. LOTES SITUADOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL PERMANENTE. É de ser mantida no reexame necessário a sentença que julga parcialmente procedente o pedido na ação civil pública, para determinar sejam excluídos do loteamento os lotes localizados em área de preservação ambiental permanente, como tal definido em lei, condenando o município a recompor o meio ambiente lesado, observando as exigências legais e de acordo com Estudo de Impacto Ambiental elaborado pelo FEAM, Todavia, os pedidos de transferência dos aludidos imóveis para o município sem o correspondente processo de desapropriação, com justa indenização deve ser julgado improcedente, por implicar em verdadeiro confisco, que não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio. (TJMG – Proc. 1.0672.02.077688-2/001(1) – Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 01/09/2005)

Administrativo. ""Condomínio Fechado"". Loteamento aprovado por Decreto Municipal posteriormente revogado. O loteador está sujeito às restrições convencionais do loteamento, que, se não cumpridas a tempo e modo, não devem ser toleradas pela administração municipal, que não está compelida a manter o loteamento em desconformidade com os planos urbanísticos,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

mormente se contrário aos reclamos da comunidade local. Estando a aprovação do loteamento, vinculada ao cumprimento das condições traçadas pelo Município, não há que se falar em direito adquirido, se inadimplidas tais condições pelo loteador. O registro imobiliário do loteamento subsiste e não é cancelado automaticamente pela simples revogação do aludido Decreto, uma vez que tal cancelamento somente poderia se fazer nas hipóteses elencadas no art. 23 da Lei 6.766/79. (TJMG – Proc. 1.0460.03.010276-4/001(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 01/02/2005)

MANDADO DE SEGURANÇA - CRIME AMBIENTAL - DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS POR ATIVIDADE DE MINERAÇÃO - APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) PARA VIABILIZAR A TRANSAÇÃO PENAL - LEI Nº 9605/98, ART. 27 - ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA - AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO É GARANTIA CONSTITUCIONAL, SENDO EXPRESSO, AINDA, A NECESSIDADE DE RECUPERAR A ÁREA DEGRADADA - CF/88, ART. 225, 'CAPUT' E §2º - TITULAR DE CONCESSÃO DE LAVRA E DE LICENCIAMENTO RESPONDE PELOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE - INVIABILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE PROVAS NO MEIO ESTREITO DO 'MANDAMUS' - SEGURANÇA DENEGADA. (TJMG – Proc. 1.0000.04.414546-4/000(1) – Rel. Des. SÉRGIO BRAGA – J. 15/02/2005)

17. POLUIÇÃO HÍDRICA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SIDERÚRGICA - POLUIÇÃO HÍDRICA E ATMOSFÉRICA - DANOS AMBIENTAIS - OBRIGAÇÃO DE FAZER E CONDENAÇÃO EM DINHEIRO - POSSIBILIDADE - LICENÇA OPERACIONAL CORRETIVA COM CONDICIONANTES - SUSPENSÃO DE ATIVIDADE E RELOCALIZAÇÃO. A Ação Civil Pública que visa a defender o meio ambiente pode ter como objeto a condenação da empresa poluente à obrigação de proceder às medidas adequadas para cessação da lesão ambiental e à condenação em dinheiro pelos danos que causou. A licença operacional concedida com condicionantes não autoriza a conclusão de que cessou a degradação ambiental, mas, ao contrário, infere-se que as medidas mitigadoras ainda não são suficientes. A realocação da empresa ainda não se mostra providência premente, considerando-se que, apesar das exigências, foi autorizada a prosseguir nas suas atividades. (TJMG – Proc. 1.0000.00.248000-2/000(1) – Rel. Des. ORLANDO CARVALHO – J. 19/11/2002)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR. DEFERIMENTO. CACHOEIRA. INTERDIÇÃO. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES. PODER GERAL DE CAUTELA. REFORMA PARCIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. Examinada judicialmente a matéria, não se há reexaminar a questão relativa à interdição da cachoeira e colocação de placas proibitivas. Sobre ferir o princípio da Separação dos Poderes, não é dado ao Judiciário, interferindo nas funções próprias do Executivo, determinar providências em decorrência da interdição de cachoeira, mesmo que para evitar a exposição dos populares aos riscos decorrentes dos danos cuja reparação se busca na ação civil pública ajuizada. (TJMG – Proc. 1.0400.01.004298-6/001(1) – Rel. Des. MANUEL SARAGAMO – J. 21/06/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE INTERESSE PARTICULAR - CONTAMINAÇÃO DE ÁGUAS CAPTADAS PARA A COLETIVIDADE - DENÚNCIA DE OUTROS EVENTOS CAPAZES DE ESTAR CAUSANDO A POLUIÇÃO DA ÁGUAS - INSUFICIÊNCIA DAS ALEGAÇÕES PARA DESCONSTITUIÇÃO DO B.O. QUE APUROU IRREGULARIDADES NA PROPRIEDADE DO AGRAVANTE. (TJMG – Proc. 1.0000.00.292292-0/000(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 13/05/2003)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO - C.R. Art. 214, III - LEI 6.938/81. Comprovados os fatos narrados na inicial, atinentes à absoluta falta de prevenção e controle, pela municipalidade requerida, de poluição de córregos e rios descritos na inicial, pelo lançamento de esgotos e efluentes industriais, imperiosa se revelava a procedência da ação, ante a inquestionável não observância das disposições legais respeitantes ao meio ambiente. Sentença confirmada, em reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário. (TJMG – Proc. 1.0303.04.910502-4/001(1) – Rel. Des. LUCAS SÁVIO DE VASCONCELLOS GOMES – J. 02/09/2004)

O lançamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos (esterco de currais e barrigadas, sangue, aparas, gorduras etc.), ligados a animais abatidos, sem qualquer tratamento, diretamente ao rio e/ou o respectivo depósito em área industrial, gerando moscas e mau cheiro, constituem ações agressivas ao meio ambiente, suficientes a direcionar contra o agente responsável as penas da lei aplicáveis ao caso. - ""Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa"" (STJ, Súmula n. 171). (TJMG – Proc. 1.0223.98.022352-1/001(1) – Rel. Des. BEATRIZ PINHEIRO CAIRES – J. 07/04/2005)

MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO COMPROVADA E CONFESSADA EM CURSO D'ÁGUA - DESÍDIA DA EMPRESA POLUIDORA - IMPOSSIBILIDADE DE DELIMITAR O DANO POR ELA PARTICULARMENTE PRODUZIDO E SUA CONDENAÇÃO A RECOMPOR, INTEGRAL E ISOLADAMENTE, A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CAUSADA - INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

POR ESTIMATIVA - SEU RECOLHIMENTO AO FUNDO COMPETENTE - Se não há como ser a empresa poluidora condenada a, integral e isoladamente, recuperar e recompor a degradação ambiental, por ter esta decorrido de várias fontes poluidoras, como também impossível é delimitar o dano por ela particularmente produzido, para fins de recompô-lo em parte, a mais adequada solução é a de impor-lhe, por estimativa, uma indenização parcial, a ser recolhida ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. (TJMG – Proc. 1.0027.99.000921-2/001(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI – J. 10/03/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. ESTÂNCIA HIDROMINERAL. LENÇOL FREÁTICO. RISCO DE CONTAMINAÇÃO. EVENTOS PÚBLICOS. TRÂNSITO DE VEÍCULOS PESADOS. COMPROVAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Restando comprovado que a realização de eventos públicos, com tráfego de veículos pesados nas imediações de estância hidromineral, concorrem para deterioração do lençol freático que abastece aquela, é procedente o pedido inicial de ação civil pública em que se tutela a proteção ao meio ambiente. (TJMG – Proc. 1.0378.04.011504-0/001(1) – Rel. Des. MANUEL SARAMAGO – J. 29/09/2005)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AO MEIO AMBIENTE - DERRAMAMENTO DE SODA CÁUSTICA EM CÓRREGO - MORTE DE PEIXES - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - RESSARCIMENTO NA FORMA ESPECÍFICA - PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL - DESPROPORCIONALIDADE SUBSTANCIAL NÃO COMPROVADA - INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - EMBARGOS IMPROVIDOS. ""Restando inconfiguradas qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão molestado, assim como, de igual forma, inexistente qualquer agressão às normas legais vigentes, a improcedência da recalcitrância é seu natural corolário"". (TJMG – Proc. 1.0105.03.095207-8/002(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 11/10/2005)

Ação Civil Pública. Serviço de abastecimento de água aos munícipes de Mariana. Qualidade da água que não atende às prescrições estabelecidas pelo Ministério da Saúde, porquanto infectada por diversos agentes nocivos, colocando em risco a saúde da população. Malgrado ser defeso ao Poder Judiciário arvorar-se em administração de município, em detrimento do executivo, em restando comprovado, cabalmente, que a água fornecida aos munícipes de Mariana não atende às prescrições do Ministério da Saúde, oferecendo sérios riscos à saúde da população, ante a real possibilidade de contaminação por doenças de transmissão hídrica, não constitui vilipêndio ao princípio da separação de poderes e, tampouco, ao Estado Democrático de Direito, compelir o município a priorizar o serviço de abastecimento de água, para que o mesmo seja feito a contento, mormente ante o sério risco ao qual está exposta toda a população, devendo se frisar que a saúde é o bem maior do ser humano e, nos termos dos dispositivos constitucionais de regência, é direito de todos e dever do Estado. Contudo, o Judiciário não poderá fixar, nesses casos, prazos peremptórios, pois não tem ele o controle dos orçamentos, nem a cominação de multa. Sentença parcialmente reformada, em reexame necessário, prejudicado o julgamento do recurso voluntário. (TJMG – Proc. 1.0400.99.001323-9/001(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 27/09/2005)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

18. POLUIÇÃO SONORA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IGREJA - POLUIÇÃO SONORA - INTERESSES DIFUSOS - INEXISTÊNCIA - ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A lei nº 7.347/85 confere legitimidade ao Ministério Público para propor ação civil pública nas condições estabelecidas no art. 1º, acrescido do inc. IV pela Lei nº 8.078/90. Em matéria de poluição sonora, o critério utilizado para verificar-se a relevância social do dano efetivo ou potencial, a qualificar a legitimidade do Ministério Público, não é a qualidade do bem jurídico lesado, mas os titulares do direito lesado, que deverão ser, necessariamente, indeterminados. (TJMG – Proc. 1.0079.02.003800-0/001(1) – Rel. Des. DUARTE DE PAULA – J. 18/08/2005)

AMBIENTAL - POLUIÇÃO SONORA - PRODUÇÃO DE SONS ACIMA DO LIMITE LEGAL - ATIVIDADE DE MÚSICA NÃO PERMITIDA PARA O LOCAL - NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - RECURSO DESPROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0079.03.078641-6/001(1) Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 06/10/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PREVENÇÃO DE DANO AMBIENTAL – INOCORRÊNCIA DE NULIDADE, JULGAMENTO ULTRA PETITA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CITAÇÃO DA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO EFETIVADA – LEI ESTADUAL N.º 7302/78 – EMISSÃO DE RUÍDOS EM NÍVEL ACIMA DO PERMITIDO - RECURSOS IMPROVIDOS. “Pelo disposto no art. 17, §3º da Lei n.º8429/92 c/c §3º do art. 6º da Lei n.º4.717/65, tendo sido a ação proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público deverá ser chamada a integrar a lide, podendo encampar o pedido do autor ou contestá-lo”; “Os laudos técnicos acostados aos autos demonstram cabalmente que durante a realização do festejo foram emitidos ruídos em níveis bem acima dos permitidos pela legislação ambiental”; “A Lei n.º 6.938/81 exige o prévio licenciamento ambiental para as atividades potencialmente poluidoras, isto é, aquela que possa vir a causar, a qualquer tempo, degradação de qualidade ambiental; de igual forma, a Lei Municipal 3.665/92 exige a expedição de licença para realização de eventos como o GV Folia”. (TJMG – Proc. 1.0105.03.079073-4/003(1) – Rel. Des. ALVIM SOARES – J. 18/10/2005)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POLUIÇÃO SONORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. POR ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR A R. SENTENÇA E DAR SEGUIMENTO AO FEITO. (TJMG – Proc. 1.0079.05.205822-3/001(1) – Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA – J. 08/11/2005)

EXECUÇÃO FISCAL - AUTO DE INFRAÇÃO - ENGENHO DE DIVULGAÇÃO PARA PROPAGANDA E PUBLICIDADE - IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - IMPOSSIBILIDADE DE AUTUAÇÃO - POLUIÇÃO SONORA - PRESENÇA DE MEDIÇÃO FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 333, I, DO CPC, ART. 204, CTN E DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 7.131/96, Nº 4.895/87 E Nº 4.253/85. Preliminar rejeitada. Apelo desprovido. (TJMG – Proc. 1.0024.03.181164-9/001(1) – Rel. Des. SCHALCHER VENTURA – J. 10/11/2005)

19. POLUIÇÃO VISUAL

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PICO DO IBITURUNA - DANO AO MEIO AMBIENTE - RISCO DE INCÊNDIO E POLUIÇÃO VISUAL - PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. A Constituição do Estado de Minas Gerais, no art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tombou e declarou monumento natural, dentre outros, o Pico do Ibituruna, situado em Governador Valadares. Deve ser julgado procedente pedido veiculado em a ação civil pública se os elementos de prova demonstram o risco de incêndio na área e a poluição visual decorrentes da presença de fios elétricos e equipamentos de letreiro luminoso, instalados em área de preservação ambiental, sem o necessário estudo de impacto ambiental e conseqüente licença. O princípio da prevenção está associado, constitucionalmente, aos conceitos fundamentais de equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável; o primeiro significa a interação do homem com a natureza, sem danificar-lhe os elementos essenciais. O segundo prende-se à preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. A ""Declaração do Rio de Janeiro"", votada, à unanimidade, pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), recomendou a sua observância no seu Princípio 15. (TJMG – Proc. 1.0000.00.295312-3/000(1) – Rel. Des. 1.0000.00.295312-3/000(1) – J. 10/02/2003)

MANDADO DE SEGURANÇA - ADMINISTRATIVO - CONCESSÃO DE ALVARÁ PARA FIXAÇÃO DE OUTDOORS - INDEFERIMENTO - PODER DE POLÍCIA - LEGALIDADE. Constitui exercício regular do poder de polícia da Administração Pública indeferir alvará para instalação de outdoors que irá provocar poluição visual e comprometer a estética e sinalização das vias de trânsito, eis que é de competência exclusiva e discricionária do administrador municipal o deferimento daquele pedido. (TJMG – Proc. 1.0049.03.004070-0/001(1) – Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA – J. 01/03/2005)

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - POLUIÇÃO VISUAL DECORRENTE DE PROPAGANDA ELEITORAL - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ELEITORAL. É da Justiça Eleitoral a competência para fiscalizar a propaganda eleitoral, cabendo o conhecimento de tais questões ao Juiz Eleitoral que, no exercício do poder de polícia, tem o dever de tomar as providências necessárias para coibir práticas ilegais (Resolução nº 21610/2004, art. 69, § 1º), estando evidenciada a incompetência absoluta da Justiça Comum para a apreciação de cautelar e/ou ação civil pública cujo objetivo seja o de vedar a poluição visual em decorrência de propaganda eleitoral. (TJMG – Proc. 1.0702.04.182272-8/001(1) – Rel. Des. WANDER MAROTTA – J. 17/05/2005)

20. RESERVA LEGAL

MANDADO DE SEGURANÇA – REGISTRO PÚBLICO – ÁREA RURAL – EXIGÊNCIA DE AVERBAÇÃO DE RESERVA FLORESTAL – PROVA DA INEXISTÊNCIA DE FLORESTAS, VEGETAÇÃO NATIVA OU ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO LOCAL – AUSÊNCIA – INADMISSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO QUE DEVE SER COMPROVADA DE PLANO – DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. (TJMG – Proc. 1.0000.04.412846-0/000(1) – Rel. Des. NILSON REIS – J. 19/04/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROPRIEDADE RURAL. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. RESERVA LEGAL. É da essência do nosso sistema que o direito de propriedade só é reconhecido pela ordem jurídica do Estado, se for cumprida a função social da propriedade, paralelamente com o proveito pessoal do detentor do domínio. Até a data em que se alterou o conceito de reserva legal, entendia-se dizer respeito exclusivamente à preservação da flora, termo genérico em que se incluem as florestas. Com a reconceituação do instituto, conforme atualmente estabelecido pela Medida Provisória nº 2.166-67/01, concluiu-se cuidar de uma obrigação geral, não onerosa, que incide sobre a propriedade e posse rurais, providas ou não de florestas. (TJMG – Proc. 1.0596.04.018457-1/001(1) – Rel. Des. DUARTE DE PAULA – J. 28/04/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO CELEBRADO EM AUDIÊNCIA - DESCUMPRIMENTO - AUSÊNCIA DE VÍCIOS EM SUA CELEBRAÇÃO - SENTENÇA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA - ART. 461, §5º, DO CPC - POSSIBILIDADE. Se o Apelante, na audiência de conciliação, celebrou acordo pelo qual assumiu a obrigação em proceder a averbação de Reserva Legal de parte de seu imóvel rural, não pode, em sede de apelação, alegar a ilegalidade a imposição contida na r. sentença, que apenas fez cancelar o acordo anteriormente celebrado. Em se tratando de obrigação de fazer, pode o Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, impor multa por tempo de atraso, cujo valor deverá observar o critério da equidade, nos termos previstos pelo art. 461, §5º, do CPC. (TJMG – Proc. 1.0515.02.002658-6/001(1) – Rel. Des. GOUVÊA RIOS – J. 24/05/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - ÁREA DE RESERVA LEGAL - DEMARCAÇÃO E AVERBAÇÃO - IMPOSIÇÃO LEGAL. A área de reserva legal em propriedades rurais, prevista em lei (caput e §8º, do art. 16 do Código Florestal), deve ser respeitada, demarcada e averbada junto ao cartório do registro de imóveis, constituindo obrigação que se prende ao titular do direito de propriedade e que, de fato, irá contribuir para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para a nossa qualidade de vida e para as futuras gerações. (TJMG – Proc. 1.0596.04.021056-6/001(1) – Rel. Des. GERALDO AUGUSTO – J. 30/08/2005)

MANDADO DE SEGURANÇA - ATO DO TABELIÃO QUE SE NEGOU A EFETUAR REGISTRO DE PROPRIEDADE RURAL ATÉ QUE SE CUMPRA O ART. 16 DA LEI DE FLORESTAS - RESERVA LEGAL - EXIGÊNCIA LEGAL - AUSÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO ALEGADO. Reveste-se de legalidade o ato do tabelião que se nega a efetuar registro de propriedade rural até o cumprimento do art. 16 da lei de florestas. A instituição de reserva legal e a sua averbação junto ao Cartório do RI competente, decorre de previsão legal. É obrigação de cunho real, que acompanha a coisa (propter rem) e se prende ao titular do direito real (proprietário ou possuidor), devendo ser obedecido, ainda que não mais exista cobertura vegetal - que nesta eventual hipótese há de ser recomposta, ainda que por cessação da exploração em sua área, possibilitando a regeneração natural - pois, o direito de propriedade, constitucionalmente assegurado, só existe enquanto respeitada sua função sócio- ambiental. V.V. **SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA - OFICIAL DO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS - PROPRIEDADE RURAL - RESERVA LEGAL - AVERBAÇÃO.** - Conforme decisão da Corte Superior deste eg. TJMG, no Mandado de Segurança nº 1.0000.00.27947704/000, a averbação da área de reserva legal, no

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

Registro de Imóveis, não deve atingir toda e qualquer propriedade rural, mas apenas aquelas que contêm área de florestas. (TJMG – Proc. 1.0144.03.001452-2/001(1) – Rel. Des. EDUARDO ANDRADE – J. 04/10/2005)

RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO NO C.R.I. ABRANGÊNCIA A TODAS AS PROPRIEDADES RURAIS, TENHAM, OU NÃO, ÁREAS DE FLORESTAS. OBRIGAÇÃO DO TITULAR DO DIREITO REAL. IMPOSIÇÃO LEGAL. APELO PROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0596.04.018456-3/001(1) – Rel. Des. ISALINO LISBÔA – J. 08/09/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DE INSTITUIR RESERVA LEGAL EM IMÓVEL RURAL - DESNECESSIDADE DE PERÍCIA PARA VERIFICAR SE A ÁREA POSSUI COBERTURA FLORESTAL, A SER PRESERVADA - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. - Tratando-se de questão de direito, ou, se de direito ou de fato, entender o Juiz estar o processo suficientemente instruído, possibilitando a decisão, sem que se realizem as provas requeridas, fica a seu critério deferir ou não a produção de outras, dispensando as que entender meramente protelatórias. - A reserva legal deve ser instituída como meio de preservar as florestas e matas nativas existentes, evitando-se o desmatamento e a degradação do meio ambiente. A demarcação e averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis constituem determinação legal (art. 16, § 8º, do Código Florestal, com a alteração introduzida pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001). - A reserva legal deve ser observada em qualquer propriedade rural e não somente naquelas que contêm área de florestas. O entendimento contrário significa negar vigência à Lei Federal que não condicionou a medida à existência de florestas na propriedade rural. (TJMG – Proc. 1.0035.04.032363-2/001(1) – Rel. Des. WANDER MAROTTA – J. 22/11/2005)

DIREITO AMBIENTAL. CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. IMPOSIÇÃO EM TODA E QUALQUER PROPRIEDADE RURAL INDEPENDENTE DE EXISTÊNCIA DE FLORESTA OU VEGETAÇÃO NATIVA. NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEVASTADA. INTERPRETAÇÃO QUE SE AMOLDA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL QUE ASSEGURA A TODOS, INCLUSIVE ÀS FUTURAS GERAÇÕES, O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. A proteção ao meio ambiente, por se tratar de um direito fundamental para preservação do planeta, pertencente à humanidade e às gerações futuras, constitui matéria imprescritível. O art. 225, da CF, impõe ao poder público o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, incumbindo-lhe, para tanto, definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos e, também, proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica (CF, art. 225, § 1º III e VII). (ADInMC 1.952-DF, rel. Min. Moreira Alves, 12.8.99). Ante o contexto constitucional, não há dúvida de que a averbação de área de reserva legal deve ocorrer ainda que no terreno inexistia área de floresta. Se não foi possível preservar a vegetação nativa, é necessário restaura-la, recupera-la e reabilita-la, de forma a assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e, principalmente, para as futuras gerações. Afinal, como bem adverte Dalai Lama, ""podemos perdoar a destruição do passado causada pela ignorância. Hoje, no entanto, somos responsáveis por preservar o meio ambiente para as gerações futuras."" Por outro lado, ante a imensa devastação do meio ambiente, entender que a reserva legal se limita apenas às propriedades rurais que tenham vegetação nativa, é esvaziar por completo a finalidade da reserva legal, e mais, é consagrar uma interpretação que desprestigia o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O importante é impor a reserva legal a toda e qualquer propriedade rural, ainda que inexistia vegetação nativa, já que é dever do proprietário promover a recuperação da área devastada. ""A aquisição da propriedade sem a delimitação da reserva legal não exime o adquirente da obrigação de recompor tal reserva. Isso mais se enfatiza diante do comando contido no art. 99 da Lei n. 8.171/99, que confere, objetivamente, a obrigação

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS AMBIENTAIS DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

de o proprietário rural arborizar, ao longo dos anos, a faixa destinada à reserva legal em suas terras. Não há, portanto, por que se falar em ilegitimidade passiva ad causam do adquirente do imóvel para responder a ação civil pública mediante a qual se busca proteger a área de reserva florestal legal no domínio privado, uma vez que é sua a responsabilidade pela ocorrência de danos ambientais. Em outras palavras, é o proprietário, ao tempo da exigência do cumprimento da obrigação de reparação ambiental, que deve responder por ela, visto que adquiriu a propriedade na vigência da legislação impositiva de restrição ao seu uso, além de que, se assim não fosse, jamais as reservas legais no domínio privado seriam recompostas, o que abalaria o objetivo da legislação de assegurar a preservação e equilíbrio ambientais." (REsp 195.274 - PR, relator Ministro João Otávio de Noronha). (TJMG – Proc. 1.0035.04.032375-6/001(1) – Rel. Des. MARIA ELZA – J. 03/11/2005)

DIREITO AMBIENTAL - LIMITAÇÃO À PROPRIEDADE RURAL - RESERVA FLORESTAL - EXEGESE DO ART. 99 DA LEI N. 8171/91 - OBRIGAÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DA ÁREA NA PROPORÇÃO DE 1/30 AVOS, CONSIDERADA A ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE. Não se trata, a reserva florestal, de servidão, em que o proprietário tem de suportar um ônus, mas de uma obrigação decorrente de lei, que objetiva a preservação do meio ambiente, não sendo as florestas e demais formas de vegetação bens de uso comum, mas bens de interesse comum a todos, conforme redação do art. 1º do Código Florestal. A única finalidade do art. 99 da Lei n. 8171/91 foi a de estabelecer um prazo maior, que não o imediato, para que os proprietários procedessem à recomposição da área de floresta, não alterando em nada as demais disposições legais caracterizadoras do dever de recomposição de área de reserva legal, que se for feita a passos curtos jamais atingirá a finalidade da lei, no tocante à preservação do meio ambiente, que não pode ser visto como o conjunto de pequenas partes, mas o próprio todo. (REsp 237.690/MS, Relator Min. Paulo Medina DJ 13.5.2002) (TJMG – Proc. 1.0287.04.018738-0/001(1) – Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA - J. 20/10/2005)

21. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

""HABEAS CORPUS"" - TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL - INDÍCIOS DE AUTORIA - INÉPCIA DA DENÚNCIA. Impossível se falar em trancamento da ação penal por falta de elementos mínimos para seu exercício quando os documentos acostados nos autos apontem para o contrário. Deve ser trancada a ação penal intentada em face de pessoa jurídica, por suposta prática de crime ambiental, quando a denúncia deixa de identificar seu representante legal ou contratual ou a decisão colegiada que determinou a prática de conduta, em tese, delituosa. (TJMG – Proc. 1.0000.05.428561-4/000(1) – Rel. Des. JANE SILVA – J. 22/11/2005)

EMENTA: HABEAS CORPUS - CRIME AMBIENTAL - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - POSSIBILIDADE - DENÚNCIA INEPTA - ORDEM CONCEDIDA. É de se trancar a ação PENAL intentada contra PESSOA JURÍDICA, por suposta prática de crime ambiental, se a denúncia não identifica o indivíduo que violou o comando normativo e não demonstra que essa conduta se deu em estrito cumprimento de deliberação tomada no âmbito do poder decisório da PESSOA JURÍDICA. HABEAS CORPUS (C. CRIMINAIS ISOLADAS) Nº 1.0000.00.352327-1/000 - COMARCA DE VIÇOSA - PACIENTE(S): PIF PAF S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - COATOR(ES): JD V CR COMARCA VIÇOSA - RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES. (TJMG – Proc. 1.0000.00.352327-1/000(1) – Rel. Des. JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES – J. 18/09/2003)

22. SAÚDE PÚBLICA

LIMINAR. DEFERIMENTO, EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SUSPENSÃO DE ATIVIDADES RELATIVAS AO ABATE DE ANIMAIS. PRESENÇA DO ""FUMUS BONI IURIS"" E DO ""PERICULUM IN MORA"". ACERTO DA DECISÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. (TJMG – Proc. 1.0000.00.236621-9/000(1) – Rel. Des. ISALINO LISBÔA – J. 21/02/2002)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LOTEAMENTO IRREGULAR – MEIO AMBIENTE – SAÚDE PÚBLICA - TUTELA ANTECIPADA – REQUISITOS – DEFERIMENTO PARCIAL. Existindo prova inequívoca que autorize a conclusão pela verossimilhança parcial da alegação, aliado à presença dos requisitos do 'fumus boni iuris' e do 'periculum in mora', deve-se deferir, em parte, a antecipação dos efeitos da tutela. (TJMG – Proc. 1.0512.05.026245-4/001(1) – Rel. Des. EDILSON FERNANDES – J. 20/09/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ABATEDOURO PARTICULAR - DANO - PROVA - PROCEDÊNCIA. Demonstrando o laudo pericial que o abatedouro particular não reúne condições de funcionamento, impõe-se o seu fechamento, como medida de proteção à saúde pública e ao meio ambiente. (TJMG – Proc. 1.0400.01.003789-5/001(1) – Rel. Des. ANTÔNIO HÉLIO SILVA – J. 27/10/2005)

23. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

PROCESSUAL CIVIL _ AÇÃO CAUTELAR - DIREITO COLETIVO - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA DEFESA DO MEIO AMBIENTE SEGUNDO O ARTIGO 129, III, DA CF - INTERESSE RECURSAL DIANTE DA SUCUMBÊNCIA - DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PRINCIPAL COM OBJETO IDÊNTICO AO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJMG – Proc. 1.0647.02.021544-6/001(1) – Rel. Des. JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES – J. 17/05/2005)

Ação Civil Pública. Dano ambiental. Poluição. Cumprimento das condicionantes do licenciamento no curso do processo. Interesse de agir. Ausência. Extinção do Processo. Inteligência do art. 462, CPC. Se o ajustamento de conduta firmado extrajudicialmente, no curso da ação civil pública, foi integralmente cumprido pela empresa poluidora, atendendo-se a efetiva tutela do bem difuso que se pretende proteger naquela ação, o caso é de aplicação do art. 462 do CPC, cabendo ao magistrado, no momento da prolação da sentença, levar em consideração tal fato novo, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, ante a falta de interesse processual. (TJMG – Proc. 1.0027.99.001491-5/001(1) – Rel. Des. PINHEIRO LAGO – J. 08/03/2005)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MEIO AMBIENTE - MINISTÉRIO PÚBLICO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA- EXTINÇÃO DO FEITO. O interesse de agir do Ministério Público está insito na proteção, preservação e reparação dos danos causados ao meio ambiente. O termo de ajustamento de conduta é uma transação entre as partes, o que não impede a propositura da ação civil pública, uma vez que os fatores determinantes são os interesses defendidos e não o simples provimento jurisdicional almejado. Apelação provida. (TJMG – Proc. 1.0499.04.910506-1/001(1) – Rel. Des. LUCAS SÁVIO DE VASCONCELLOS GOMES – J. 09/09/2004)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AO MEIO AMBIENTE - IRREGULARIDADES - PERÍCIA - COMPROVAÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SUBMISSÃO DA DEMANDADA - Submetendo-se a ré aos termos de ajustamento de conduta, relativo à reversão de danos causados ao meio ambiente e irregularidades aferidos por perícia técnica, a ela caberá, obviamente, arcar, não só com as custas do processo, bem com os honorários devidos ao expert. Havendo sido os honorários de perito criteriosamente fixados pelo Juiz, redundando, inclusive, na sua diminuição, considerado o tempo necessário à sua elaboração e o valor da hora de trabalho orçada, não se há falar na redução defendida pela apelante. Recurso desprovido. (TJMG – Proc. 1.0000.00.201615-2/000(1) – Rel. Des. LUCAS SÁVIO DE VASCONCELLOS GOMES – J. 19/03/2001)

EMBARGOS À EXECUÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO - ATRASO - IRRELEVÂNCIA - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. Em se tratando de execução de Termo de Ajustamento de Conduta, diante da constatação, por meio de laudo pericial, de que o dano ambiental se encontra reparado, o simples fato do embargante ter confessado que atrasou o plantio das mudas, por poucos dias, em decorrência da falta de chuvas, por si só, não autoriza a continuidade da execução contra ele movida. Recurso a que se dá provimento. (TJMG – Proc. 1.0382.01.016867-4/001(1) – Rel. Des. KILDARE CARVALHO – J. 01/12/2005)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER FUNDADA EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PRESENÇA DE TESTEMUNHAS NA FORMALIZAÇÃO DO DOCUMENTO – DESNECESSIDADE – OBRIGAÇÃO DE REMOVER CONSTRUÇÃO ERGUIDA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DESCUMPRIMENTO A SER DETECTADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE –

DESCABIMENTO DE PRESUNÇÃO – INADIMPLEMENTO NÃO CARACTERIZADO. - O termo de ajuste de conduta, para ostentar eficácia de título executivo extrajudicial, prescinde da participação de testemunhas no ato de sua elaboração, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85. - Uma vez ajuizada ação executiva de obrigação de fazer, assumida mediante adesão a termo de ajustamento de conduta, consistente na demolição de obra construída em área de permanente preservação, torna-se necessário que o exequente demonstre, por meio de constatação promovida pela autoridade competente, que a prestação não foi satisfeita, hipótese que não admite presunção, sendo certo que, do contrário, não se delineia o elemento inadimplemento, pressuposto de toda ação de execução. (TJMG – Proc. 1.0702.04.137675 -8/001(1) – Rel. Des. MOREIRA DINIZ - J.29/09/2005)

MULTA DIÁRIA - SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO OU COMINATÓRIO - LIMITE DELA (MULTA) NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER - INEXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO NA MULTA DECORRENTE DE DETERMINAÇÃO EM TÍTULO JUDICIAL. Quando o réu é condenado ao pagamento de multa diária estabelecida em cláusula penal pactuada pelas partes, há a limitação a que se refere o art. 920 do Código Civil (o de 1916), em face do seu caráter compensatório. Todavia, quando a multa, ao invés de ter sido pactuada em contrato (título extrajudicial), é imposta em título judicial (sentença), com o escopo de assegurar a efetividade do processo, isto é, o cumprimento da obrigação, inexistente essa limitação, dado o seu caráter cominatório (e não compensatório), regendo-se, então, pelo art. 644 do vigente Estatuto Instrumentário Civil, e devida sem limite, até que o devedor a satisfaça (ela, obrigação). (TJMG – Proc. 1.0000.00.274059-5/000(1) – Rel. Des. HYPARCO IMMESI - J.24/06/2004)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - FATO SUPERVENIENTE QUE AFASTOU O INTERESSE DE AGIR - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. - Considerando que o interesse de agir deve estar presente no curso de toda a relação processual, inclusive, no momento de sentenciar, o fato de que, desde a contestação, o Município réu demonstrou ter firmado acordo com o Ministério Público, assumindo a obrigação de regularizar o sistema de depósito de lixo, nos termos solicitados na inicial da ação civil pública, é suficiente para comprovar a perda superveniente do interesse de agir, impondo-se a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC. (TJMG – Proc. 1.0525.03.024776-7/001(1) – Rel. Des. EDUARDO ANDRADE – J. 01/03/2005)